

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

SOARES, João Clemente Baena . João Clemente Baena Soares II (depoimento, 2014). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 25min).

**João Clemente Baena Soares II
(depoimento, 2014)**

Rio de Janeiro

2016

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Marcos Tourinho; Oliver Stuenkel ;

Levantamento de dados: Marcos Tourinho ; Oliver Stuenkel;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Marcos Tourinho ; Oliver Stuenkel;

Técnico de gravação: Ninna Carneiro;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 28/04/2014 a 28/04/2014

Duração: 2h 25min

Arquivo digital - áudio: 3; Arquivo digital - vídeo: 3; MiniDV: 3;

Entrevista realizada no contexto do projeto “O Brasil em Crises Internacionais”, desenvolvido pelo Centro de Relações internacionais do CPDOC com financiamento da presidência da FGV, entre junho de 2013 e maio de 2015. O projeto visa, a partir dos depoimentos cedidos, a formação de um banco de fontes orais.

Temas: Acordos e tratados políticos; Alberto Fujimori; América Central; América do Norte; América Latina; Anos 1990; Atividade profissional; Austrália; Canadá; Celso Amorim; Chile; Conselho de Segurança da ONU; Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Crises econômicas; Crises políticas; Democracia; Diplomacia; Direito; Direito internacional; Direitos humanos; Economia; Energia nuclear; Estados Unidos da América; Família; Formação acadêmica; Golpe de estado; Haiti; Instituições diplomáticas; Jimmy Carter; João Clemente Baena Soares; Junta Interamericana de Defesa; Militares; Ministério das Relações Exteriores; Organização das Nações Unidas; Organização do Tratado do Atlântico Norte; Organização dos Estados Americanos; Organizações internacionais; Palácio Itamaraty; Panamá; Paraguai; Peru; Planejamento estratégico; Política; Política nuclear; Relações internacionais; Rússia; Venezuela; Viagens e visitas;

Sumário

Entrevista: 28/04/2014

Arquivo 1: Relato sobre os sucessivos golpes de Estado no Haiti; a atuação da OEA no Haiti; elaboração de acordo político para a recondução de Aristide ao poder; relato sobre a preocupação dos EUA com as situações políticas do Haiti; relacionamento com Jimmy Carter; opinião sobre a atuação do Conselho de Segurança na crise do Haiti; opinião do entrevistado em relação às sanções econômicas; relato sobre a relação com o Itamaraty durante o período no qual foi Secretário-Geral da OEA; opinião do entrevistado sobre as mudanças do conceito estratégico da OTAN; relato do entrevistado sobre as suas visitas ao Canadá; conversas para que o Canadá se tornasse membro da OEA; relato sobre as cotas de contribuição dentro das organizações internacionais; relato sobre encontros e controvérsias com Jimmy Carter; relato do sobre o processo de elaboração da Carta Democrática da OEA; relato sobre a crise política no Peru provocada por Fujimori e a atuação da OEA; opinião sobre as polêmicas causados por conta dos princípios de não-intervenção; relato sobre o surgimento dos cursos de Relações Internacionais no Brasil; relato sobre a não participação do Brasil na crise haitiana de 1992; relato sobre a atuação da OEA na crise panamenha; opinião sobre a multiplicação de organismos regionais nas Américas.

Arquivo 2: Impressões sobre o futuro da UNASUL; comentários temas de defesa na América Latina; a influência estadunidense na OEA; comparação entre o funcionamento da ONU e da OEA; observações sobre a constante presença do Brasil nos fóruns regionais; contribuição latina americana ao direito internacional; o hábito do diálogo entre os Estados da América Latina; a pacificidade internacional do continente latino americano; impressões sobre o secretário geral da OEA no período de 1995; opinião sobre a mudança de percepção do governo brasileiro em relação à sua responsabilidade regional; a atuação brasileira nas crises de Honduras e do Paraguai; as relações com estadunidenses na OEA; comentários sobre o High-level Panel on Threats, Challenges and Changes; impressões sobre a relevância do Brasil em fóruns multilaterais; comentários sobre a vida profissional dos filhos no Itamaraty; a logística política de países participantes do High-level Panel; comentários sobre as reuniões realizadas nos EUA e na Suíça; comentários sobre o funcionamento das negociações no Painel; a posição da China sobre mudanças no Conselho de Segurança da ONU; comentários sobre a atuação do professor Stephen Stedman; comentários sobre as equipes de cada país no Painel; impressões sobre a atuação do ministro australiano Gareth Evans; opinião sobre a proposta australiana da responsabilidade de proteger; menção à Peacebuilding Commission; relato da comunicação com o Itamaraty após as negociações; relato do episódio de negociação da questão nuclear no Painel; comentários sobre a carta escrita para expressar descontentamento com o que foi discutido no Painel; comentários sobre o processo de negociação da Peacebuilding Commission; comentários sobre a ausência dos EUA e do Canadá em acordos de Direitos Humanos da OEA; comentários sobre a ideia de Segurança Humana; comentários sobre a carta social das Américas.

Arquivo 3: Relato sobre a reação da diplomacia russa às propostas de regulação ao poder de veto dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas; relato sobre a proposta de mudança de configuração regional dos órgãos das Nações Unidas; relato sobre a iniciativa do Chile de levar a questão do Haiti para o escopo do Conselho de Segurança das

Nações Unidas; opinião sobre as adversidades históricas que o Haiti enfrenta; relato sobre a sua participação na Comissão Internacional de Direito; relato sobre a presença de brasileiros na Comissão Internacional de Direito e na Comissão Jurídica Interamericana; opinião sobre a participação de brasileiros em cargos relevantes em organizações internacionais; relato sobre a atuação de militares brasileiros na Junta Interamericana de Defesa; opinião sobre a posição venezuelana em relação à OEA; relato sobre suas visitas à Venezuela; relato sobre a busca do Brasil por uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas; opinião sobre a atuação de Celso Amorim no Ministério das Relações Exteriores; relato sobre a atuação política de Salazar.

Entrevista: 28/04/2014

O.S. – Embaixador, o objetivo principal da entrevista é complementar o longo depoimento que o senhor deu ao CPDOC há dez anos. A gente está interessado em duas coisas: primeiro, entender melhor as grandes crises constitucionais da região que o senhor participou, em primeira mão, como secretário-geral da OEA; e, depois, a gente queria discutir também em maior detalhe o *High-level Panel Report on Threats, Challenges and Change* do qual o senhor participou a convite de Kofi Annan. A ideia é procurar entender como essas crises se desenrolaram, como as instituições multilaterais conseguem lidar, ou não lidar, dependendo do caso, com esse tipo de questão. A gente vai começar com o caso do Haiti de Aristide a Cédras e depois vamos falar um pouco do Peru, e entrar mais em detalhe na OEA como mecanismo de solução dessas questões. Depois, terminar com *High-level Panel* principalmente. Portanto, o objetivo é entender se houve uma evolução na maneira em que a região pensa e lida com essas crises, e se, ao longo dos últimos tempos, a gente consegue ver alguma mudança nessa estratégia.

M.T. - É, vamos começar com o Haiti que foi um caso muito importante e que a OEA teve um papel crucial. Pode nos falar um pouco como foi esse processo? Como a OEA entrou nessa crise do Haiti?

J.S. - Sim. Entrou antes do golpe. Entrou quando o *Baby Doc*¹ deixou Porto Príncipe e a presidente da Suprema Corte assumiu o governo. Eu achei que isso era um tema para o Conselho Permanente da OEA. Os países tinham que se pronunciar. Como o secretário-geral tem essa autoridade, eu convoquei uma reunião do Conselho Permanente e expus o caso. A decisão primeira foi chamar a presidente. Ela chegou, pesquisou sobre o que estava acontecendo e aí houve um apoio à restauração democrática no Haiti nesse momento. Isso é a pré-história, depois vem a história: o golpe do Cédras. Mas, no meio tempo, houve a eleição do Aristide. A OEA foi observar as eleições. Nós observávamos as eleições desde sempre, mas era uma observação reduzida a três pessoas no dia da eleição. Eu comecei a mandar antes, durante e depois das eleições.

¹ 'Baby Doc' é uma sigla que se refere ao ex-presidente haitiano Jean-Claude Duvalier.

M.T. - E mais gente?

J.S. - É, e *muito* mais gente. E, para minha orientação pessoal, convoquei a Universidade de Campinas. Eles mandaram os técnicos em computação. Porque eu não ia declarar, a OEA não tinha e não tem a capacidade de declarar vencedores, mas tinha a obrigação de acompanhar a apuração. As autoridades eleitorais davam cópias dos boletins para nós e os rapazes processavam. Então eu tinha o resultado antes e eu vi que o resultado era favorável ao Aristide e tremendamente favorável. E, bom, temos que evitar os conflitos de rua. Fui ao candidato da oposição, que tinha sido funcionário do Banco Mundial e todo mundo dizia que tinha ganhado as eleições. Cheguei lá eles me receberam. Marc Bazin me recebeu com um shortinho: “Vamos entrar, vai ser uma noite longa”. Eu digo: “Muito mais longa do que o senhor pensa”. “Vamos sentar. Um cafezinho e tal”. Eu falei: “Doutor Bazin, nós trouxemos a notícia. Nós antecipamos os resultados das eleições”. Aí aquela coisa: a pessoa quer uma boa notícia, senta na beirinha da cadeira, não é? “Não vai haver segundo turno”. Ele ficou mais animado. “Seu adversário ganhou as eleições”. Aí o camarada, tem uma expressão, um verbo em espanhol muito bom: *se desprobó* - quer dizer, se arriou, acabou. [riso] Ele foi ao computador, aí ele aceitou. “Eu peço ao senhor controlar seus aliados para evitar conflitos de rua”. Aí fui para o Aristide. O Aristide já sabia que tinha ganho, mas não sabia por quanto. Quando lhe disseram a porcentagem, ele ficou aflito. Bem, isso para dizer qual era o espírito. Então, o Aristide assumiu e estava normalmente conduzindo o governo, e houve essa reação dos militares comandado pelo general Cédras. A primeira reação: eu levei o caso à OEA, porque naquele tempo não havia essa Carta Democrática. As pessoas diziam: “Você fez tudo isso baseado na doutrina dos poderes implícitos”. Eu digo: “Não senhor, para mim estava explícito na Carta da OEA”. A Carta de Bogotá diz e eu me baseei na Carta da OEA para levar o caso aos países. Os países convocaram reunião de consulta e a decisão foi mandar uma missão ao Haiti para conversar, para ver se a gente conseguia...

M.T. - Administrar.

J.S. - É. E foi, se não me engano, o chanceler do Canadá, o chanceler do Uruguai, o chanceler do Equador e eu, naturalmente, carregando piano. [riso] “Então vamos lá”. Tive uma reunião com o Cédras. O Cédras disse assim: “O senhor não sabe, ninguém sabe aqui a importância do Vodou na formação do Haiti, na nossa cultura, porque não entende de Haiti e querem entender

de Vodou”. Eu disse: “O senhor me desculpe, o senhor já ouviu falar em Candomblé?”. Aí se estabeleceu a cordialidade. [riso] Bem, conseguimos que ele aceitasse uma evolução democrática. Só tinha um problema: ele queria um lugar em que ele ficasse protegido.

M.T. - Isso antes do acordo?

J.S. - Muito antes.

M.T. - Você chegou a um acordo?

J.S. - Sim, em Washington. Isso muito antes. Isso foi o primeiro momento. Então conseguimos que ele fosse para o Panamá. Mas depois, naturalmente os políticos entraram em ação e eu tive que chamar Washington para a negociação desse acordo que servia de referência. Depois teve um desenvolvimento até maior. Mas conseguimos que todos os partidos políticos mandassem representantes com o Aristide para manter o processo democrático claudicante. Houve um acordo político, primeiro, foi o acordo para neutralizar o golpe e restituir o Aristide, que ficou morando em Washington. Depois, houve esse acordo por parte dos partidos políticos para que ele retomasse o governo. Fizemos também uma assembleia geral em Porto Príncipe para tentar consolidar um processo democrático. Bom, e houve depois todas as crises que vocês podem imaginar. Essa foi a primeira crise do Aristide, depois houve outras. É um país realmente *muito* interessante como sociedade, como cultura.

M.T. - E os Estados Unidos, como é que eles estavam lidando? Porque eles estavam muito preocupados com a questão dos imigrantes para a Flórida.

J.S. - Isso foi explícito, essa reação foi explícita. Mas em toda missão eles cooperaram. Eles não gostavam do Aristide e jamais vão gostar do Aristide, mas não estavam dizendo ao Cédras: “Vá em frente que a gente tem fuzileiros”. Vocês estão vendo aquele quadro ali? Tem uma cabeça de bispo e tem um quadro haitiano. Essa parede é haitiana. São as invasões do Haiti: são as invasões dos espanhóis, dos franceses e duas dos americanos aqui embaixo. [risos]. Então é isso. Dessa vez não houve invasão.

M.T. - O Jimmy Carter já chegou na última?

J.S. - Depois eu vou contar a vocês outros episódios do Jimmy Carter. Bem, então houve essa primeira reação da OEA quanto à primeira interrupção do processo democrático em um país

membro. Depois veio toda a evolução do acordo político, mas nós estamos interessados na reação da organização a essas situações. Esse foi o primeiro; o Haiti. Depois foi o Peru, Fujimori que agora está na penitenciária.

M.T. - Mas vamos falar mais do Haiti. Uma questão interessante para a gente é que a questão ficou na OEA, depois foi para o Conselho de Segurança. O senhor escreveu uma Carta para o Conselho de Segurança tentando evitar que o tema entrasse na agenda do Conselho. Tinham as sanções do Conselho de Segurança de alguns países da OEA, não teve isso?

J.S. - Não, teve os americanos.

M.T. - E os canadenses também... É, os anexos. [risos]

J.S. - Meu ponto é o seguinte: primeiro, o assunto estava sendo tratado pelo organismo regional. Eu não entendia porque o Conselho de Segurança tinha que entrar. “Ah, as sanções do Conselho de Segurança são mandatórias, as nossas não eram”. Eu sempre fui contra sanção. Sanção não resolve nada. Agora mesmo, estão aplicando sanções em cima do Putin, não é sanção contra a Rússia. Observe a agenda, contra as pessoas. Isso é uma evolução perigosíssima de uma sanção que não foi decorrente de uma sanção judicial nem em nível nacional, nem internacional. São sanções nitidamente políticas contra *indivíduos*. Isso é uma coisa perigosíssima. Bem, mas eu sempre achei que sanção não resolve nada, como não resolveu no caso do Haiti. Mas eles defenderam essa posição que tinha que ir para o Conselho. Eu mandei uma cartinha, mandei naturalmente, que dizia: “O assunto está com o regimento regional”. Então, estaríamos de acordo com a própria Carta da ONU.

M.T. - Capítulo oitavo não é?

J.S. - Aí, bom, esse é outro problema.

M.T. - E qual era a lógica de deixar o assunto fora do Conselho de Segurança? Era para evitar as sanções?

J.S. - Era para encontrar uma solução política sem o exercício do capítulo sétimo da Carta. Porque você fala o capítulo sétimo, mas as pessoas se esquecem de que, antes do sétimo, há o sexto que recomenda a diplomacia. Antes do caubói tem a diplomacia. Mas eles se esquecem do capítulo sexto e evocavam o capítulo sétimo. Aí eu digo: “Eu acho que o Haiti tem uma

crise política, não é uma ameaça à segurança internacional. Então essa crise política está sendo tratada pelos mecanismos previstos na Carta da OEA”. Antes não havia mecanismos, aí tudo bem. E aí, bom, quiseram brincar e não rendeu nada, só não mudaram nada. A única sanção foi que os americanos afundaram os barquinhos dos imigrantes. Não tinha outra sanção. Você vai aplicar sanção a um país que não tem nada, não tem absolutamente nada?

O.S. - Eu queria entender uma coisa mais geral. Durante todo esse tempo, qual era a sua relação com o Itamaraty? Ou seja, houve um diálogo constante? Por exemplo, olhando este caso aqui. O senhor acompanhava, obviamente, de perto a posição brasileira. Houve, neste caso, um alinhamento entre o senhor e o Itamaraty? Houve uma comunicação constante? Como exatamente funcionou isso?

J.S. - Felizmente, nos dez anos que passei lá, *nunca, nunca* insinuaram nada. Nunca chegou o embaixador do Brasil que veio me dizer: “Olha aqui...”. E nem pedir emprego. Então eu fui respaldado sem ser obrigado a nada. Bom, o fato de eu ser de carreira me dava muita liberdade porque eu não estava querendo ser nem senador e nem governador de estado. Eu não queria ser candidato a nada. Eu estava lá fazendo uma tarefa que achava que podia fazer. Mas não houve nada disso. É claro que eu conversava com todos, mas, entre parênteses, vai haver muitos parênteses na nossa conversa, o único país que nunca me convidou para uma visita oficial, qual foi? O Brasil. E nós fizemos duas assembleias gerais no Brasil: uma em Brasília, a primeira minha; e a outra, a última, que foi em Belém do Pará. Eu fui a todas as ilhas no Caribe, fui a todos os países sul-americanos e centro-americanos em visita oficial. Vim ao Brasil em várias reuniões aqui, mas nunca me disseram: “Vamos convidar o secretário-geral da OEA”. Nunca, em dez anos. Bem, isso é para dizer que de outro lado também não me pediram nada. Então, é claro que eles também acompanhavam. Se não me engano, o chanceler era o Abreu Sodré, eu fui com o grupo do Rio à América Central por iniciativa do Brasil. Mas isso era outra coisa, não é na gerência da OEA.

M.T. - Voltando um pouco à questão do capítulo oito da Carta que é sobre relação do Conselho de Segurança com os organismos regionais. É um capítulo um pouco mal resolvido, não é?

J.S. - Sem dúvida.

M.T. - Porque há muitas organizações regionais e, às vezes, muitas na mesma região. Com base na sua experiência, o que o senhor pensa sobre esse capítulo? Porque é um capítulo complicado.

J.S. - Eu acho que ele já está derrubado de fato. Desde que a OTAN toma decisões por ela mesma, sem esperar pelo Conselho de Segurança, acabou esse capítulo. Porque a OTAN, se você quiser, é o organismo regional europeu e, por enquanto, pode ser que alguns países latino-americanos se associem. Mas é um organismo regional, um pacto militar que há alguns anos mudou o conceito estratégico do que era um pacto militar europeu.

M.T. - Restrito àquele espaço.

J.S. - Agora não é mais. Eles decidiram que onde houver ameaça, ou os países membros da OTAN sentirem que estão ameaçados, em qualquer lugar do mundo, eles podem atuar. Então, se eles acharem que a Amazônia está prejudicando o abastecimento de água em qualquer país, pode aparecer por aí.

M.T. - Isso tem a ver com a entrada do Canadá na OEA, que foi, em parte, uma tentativa de fazer da OEA a grande instituição regional (no capítulo oito). Como era a relação?

J.S. - Eu lhe digo o seguinte: eu nunca pensei no capítulo oito quando eu fiz a campanha para eles entrarem. Eu fui várias vezes ao Canadá e, uma das vezes, eu fui recebido pelo chanceler. Ele me disse uma frase muito infeliz. Eu cheguei ao escritório dele e ele me disse: “Bem-vindo à sua visita não oficial ao Canadá”. Não precisava dizer isso. Evidentemente que era não oficial porque o Canadá não era membro, era observador, mas não estado membro. Eu digo: “Está bem”. E fui fazer uma conferência na universidade. Durante o debate um estudante me perguntou: “Me dê três razões pelas quais se justifica a entrada do Canadá na OEA?”. Sempre houve esse amor e ódio entre o Canadá e a OEA. Eu digo: “A primeira é que a OEA é o organismo regional deste hemisfério; a segunda é que o Canadá está geograficamente neste hemisfério. E não precisa da terceira. É evidente”. Depois da entrada dos caribenhos se tornou evidente que o Canadá tinha que participar. Você não podia ter um organismo regional e o Canadá pairando. Mas não foi fácil porque não saía, eles não assinavam a Carta, eles não aderiram à Carta. Eles diziam: “Porque nós temos que consultar cada província”. Eu digo, “ah bom, assim onde vai parar?”. Mas felizmente assinaram. Eu achei uma contribuição boa,

porque, do outro lado, eles tinham dado uma contribuição enorme, até financeira para a OEA. Mas houve um episódio, depois que eles entraram: você tinha que calcular as cotas no orçamento e aí, eles queriam pagar menos que o Brasil, Argentina e o México. Houve uma assembleia geral, reunião da Comissão de Orçamento, e eu cheguei lá e disse: “Olha. Infelizmente, eu vivi para ver o Canadá se declarar um país subdesenvolvido. Porque os americanos são os que pagam mais, acho que tem que diminuir”, eu sempre estava nessa orientação, “segundo o Brasil, depois o México, depois a Argentina e o quinto é o Canadá, pode ser?”. Agora eles são o segundo.

M.T. - Qual é a lógica de diminuir a contribuição americana? Eles usaram isso como eles usaram com a ONU muitas vezes?

J.S. - No meu tempo, eles não chegaram a esse ponto, mas houve sempre, quando debatiam o orçamento americano no Congresso, os questionamentos sobre a OEA, não é? Mas não é cômodo você ter um país (eu disse isso que estou lhe dizendo lá durante as reuniões) que paga menos à OEA do que aos seus funcionários e à sua missão na OEA, sobretudo os países caribenhos, não é? A missão da OEA é uma embaixada com a qual eles gastam mais do que a contribuição ao orçamento da OEA. Isso não era possível. E os americanos não podiam pagar mais de cinquenta por cento. Não é normal.

M.T. - E não é bom para a organização.

J.S. - Não é bom para ninguém. Então o Brasil aumentou, os outros aumentaram. E aí veio o Canadá também, não sei quanto está agora.

O.S. - O Brasil aumentou durante o seu tempo?

J.S. - É.

O.S. - E a Argentina também, não é?

J.S. - Também, e o México. E os americanos diminuíram. Para uns diminuíram e outros têm que aumentar.

M.T. - Para encerrar a questão do Haiti, eu quero saber a história de Jimmy Carter.

J.S. - Essa minha experiência com o Jimmy Carter não tem que ver com o Haiti, mas tem que ver com a Nicarágua. Vamos ver como configura a situação. A Nicarágua sai de uma guerra civil tremenda. Primeiras eleições democráticas, nós estamos lá para fazer a observação e a organização do Instituto, que você chama Jimmy Carter. Eu vou para o interior do país e o pessoal que está em Manágua me telefona: “Olha, vem correndo aqui que o Jimmy Carter quer suspender as eleições”. Suspender as eleições às três horas da tarde em uma eleição que fechava as urnas às seis. O país que estava saindo de uma guerra civil. As pessoas iam votar pela primeira vez. Configura a situação. Eu cheguei lá e: “Olha, não pode. Essa eleição tem que ser suspensa”. Eu: “Presidente, por quê? Qual a razão que o senhor dá?”. “Ah, porque eu fui experimentar a tinta indelével e os eleitores tem que, depois de votar, mergulhar em um tinteiro e sair com o dedo e a tinta sai”. Eu digo: “Senhor Presidente, isso não é fraude. Isso é má qualidade da tinta que, aliás, foi outro país latino-americano que doou. Então isso não é culpa da situação aqui”. “Eu não estou de acordo, eu vou manifestar essa minha posição publicamente”. Depois disso ele recuou. Outra experiência que eu tive com o Jimmy Carter foi o seguinte. Nesse Instituto dele, ele fazia um fim de semana de debates. Então, ele fez um fim de semana sobre a solução de conflitos. Então ele convidou os *thinkers* e os *doers*. Eu estava nos *doers* naturalmente. E aí os *thinkers* eram da Universidade de Harvard que tinha (tem ainda), um Centro de Solução de Controvérsias. Aí os *thinkers* foram para um quadro que não é mais negro, agora é branco, e fizeram figuras geométricas, seta para cá, seta para lá. Depois chegou a minha vez, o Presidente Carter diz: “Agora é você”. Eu digo: “Olha Presidente, é um grupo muito pequeno. Não acontece nada disso na prática. Esse esquema na teoria e na prática é totalmente diferente. Não acontece isso”. Então eu disse como as coisas se processam. É um perigo esse senhor. Eu vou te contar.

M.T. - O centro dele continuou a fazer observação eleitoral em paralelo à OEA.

J.S. - Continuou.

M.T. - E dava muita confusão isso? Os americanos talvez ouvem muito o centro dele, ou não?

J.S. - Ah, não sei. Agora talvez. Eu atravessei na OEA o governo Reagan que não era fácil, eu não sei como está agora, mas eu sei que, em toda eleição, está lá o Centro.

O.S. - Queria aprofundar um pouco a questão do compromisso de Santiago com a democracia e a resolução 1080. Em que contexto isso surgiu e quais foram os fatores decisivos para a adoção?

J.S. - Como disse desde o começo, desde o primeiro episódio no Haiti e depois no Panamá, e depois outros mais sérios – Peru, Guatemala – eu achava que estava trabalhando dentro da Carta. O meu apoio jurídico era a Carta de Bogotá. Mas alguns países: “Ah, isso não é suficiente. Nós temos que lidar com uma autoridade decorrente de uma resolução”. E foi aí que, por iniciativa dos chilenos, houve a votação da 1080, que passou a ser de base jurídica e depois evoluiu para a Carta Democrática. Mas a 1080 traduzia um compromisso dos países, que é uma resolução aprovada por unanimidade, em um mecanismo que eu já estava usando. Eu chamava uma reunião do Conselho, o Conselho se reunia e chamava uma reunião de consulta.

O.S. - Então não houve, assim, uma mudança significativa na dinâmica regional depois disso?

J.S. - Houve, porque foi uma base jurídica explícita e não como disse na minha ação, implícita, poderes implícitos. Houve uma autorização do secretário-geral explícita e houve um compromisso também explícito dos países observarem essa resolução.

M.T. - A OEA não tinha, historicamente, nenhum tipo de cláusula democrática implícita? Não no sentido de expulsar um país ou não ter países não democráticos no meio. Mas, uma Carta de intenções democráticas, digamos assim, como a América Central teve.

J.S. - A própria Carta da OEA é um compromisso democrático que não existe na ONU. A condição de um país ser membro da ONU é ser amante da paz. Você me diz que algum país se declara não amante da paz? [risos] Me avisa, eu não vi nenhum deles. Mas na OEA não, na OEA há um compromisso de base e de objetivo.

M.T. - Da Carta de Bogotá?

J.S. - É, da Carta de Bogotá. Desde Bogotá. Não se cumpria, certo. Houve todos os governos autoritários que a gente conhece em todos os países, mas não quer dizer que a Carta não exigisse isso. Então, para você ser membro da OEA, você tem que aceitar democracia *representativa*

sobre a qual fala a Carta - não é participativa não, é representativa - como base e como objetivo. Então já está na Carta. O que a 1080 fez foi explicitar o que já estava na Carta.

M.T. - O senhor acha isso uma coisa particular do sistema interamericano?

J.S. - Acho sim, sem dúvida.

M.T. - Que vem de onde?

J.S. - Vem da Carta de Bogotá que nasceu em Bogotazo em 48. O parto foi doloroso. Vocês se lembram do Bogotazo? O Camargo procurando onde descer. Mas houve o Bogotazo, quando havia a seção da OEA, Assembleia Geral, que saiu de Bogotá e foi se reunir em escolas aos arredores porque havia esse movimento popular depois que assassinaram o Gaitán, que era o candidato mais popular para a Presidência. Bem, então os países votaram três documentos: a Carta *constitutiva* da OEA (a Constituição da OEA), porque a OEA já vinha de antes, começo do século, em diferentes formas.

M.T. - As conferências interamericanas.

J.S. - Mas essa é a data do documento constitutivo da OEA moderno. Bem, depois a solução de conflitos, o chamado Acordo de Solução Pacífica das Controvérsias. E o terceiro que nunca sequer votaram os países, que é a Carta Social. Até hoje estão devendo. Não votaram a terceira. Então o resultado foi realmente a Constituição da OEA e o Acordo de Soluções Pacíficas das Controvérsias. Este algumas vezes já foi evocado.

O.S. - Então, um ano depois a gente tem um teste: uma situação muito complicada no Peru.

J.S. - Um ano depois de quê? Do Haiti?

O.S. - Um ano depois do sismo de Santiago com a democracia.

J.S. - Ah sim, o 1080. É conhecido como 1080.

O.S. - Houve o chamado autogolpe.

J.S. - Erradamente. Eu não entendo o porquê. Eu sempre combati isso, como autogolpe? Ele deu um golpe nos outros poderes, não foi nele próprio. Eu vou te contar, viu?

O.S. - Exatamente. Agora, antes de conversar sobre esse episódio. Então, pode-se dizer que a resolução 1080 teve um impacto.

J.S. - Teve, sem dúvida.

O.S. - E fortaleceu a capacidade da região?

J.S. - Sem dúvida isso é verdade, sem dúvida. Acho que se você tem os instrumentos e não usa. Mas eu não tinha os instrumentos. Eu achava que tinha, eles que achavam que eu não tinha. Eu achava que a Carta já era suficiente. Vocês não anteciparam isso, mas a gente já vai chegar à Carta Democrática. Eu sempre fui contra, porque a Carta Democrática é um resolução, devia ser um acordo, devia ter função vinculante. Ela não tem. Então, essa construção democrática está baseada em quê? Na própria Carta da OEA que é um acordo internacional, um tratado. Sem dúvida alguma é um tratado. E a Carta Democrática é uma resolução.

O.S. - Ela não foi aprovada...

J.S. - Não. Ela foi aprovada pela Assembleia Geral.

M.T. - Mas não é um tratado de força.

J.S. - Não tem força vinculante nenhuma. Se eu disser: “Eu não compro essa Carta”. Pode. Não é obrigado. Agora, a Carta da OEA é diferente, é um tratado, Aí chegou o Fujimori, não é?

O.S. - Isso. Aí, o senhor participou ativamente.

J.S. - Muito.

M.T. - Em que medida pode-se dizer que a região tinha expectativa de que a OEA ia assumir a iniciativa lá? Em que medida foi uma iniciativa sua?

J.S. - Foi a 1080. A expectativa é criada pela 1080. Bem, e ele desafiou, deu o golpe. Foi a primeira vez que o mecanismo da 1080 foi acionado. E a resposta dos países foi imediata. Todo mundo estava de acordo. Reunião de consulta: manda uma missão ao Peru. Outros chanceleres, mais uma vez estavam, o do Uruguai, se não me engano, e agora os outros não me lembro mais. Aí eu fui lá. Primeira coisa é que não era autogolpe evidentemente, era o golpe contra os outros dois. Agora, nós fizemos reuniões difíceis porque ele era popular. Ele tinha apoio popular

naquele momento. Ele tinha brigado com os líderes anteriores e tinha acabado com eles. Bom, eu acho que o Fujimori era o mesmo tipo de movimento popular que deu no Brasil com Collor. Ele não tinha partido político nenhum, era professor universitário. Você pode se candidatar. [risos] Então, com o apoio inicial dos alunos, ele foi candidato e ganhou a eleição legitimamente. Nós estávamos lá para a observação eleitoral. Foi legítimo, foi democrático, sem dúvida alguma. E aí ele ficou tão cioso do seu próprio poder que resolveu dar o golpe. Aí que ele pisou na bola, porque a OEA tinha um passado de não observância da Carta. Aceitava qualquer governo. Então, ele achava que podia. A reação da OEA pegou o Fujimori de surpresa, a meu ver. Eu compreendi a situação quando nós fomos visitá-lo. Ele nos recebeu na sala de despacho com o Ministério. E aí você vê, eu sou da posição de que você entende tudo no visual, não precisa ler nada. Nós entramos na sala dele, onde ele se reunia com os ministros, a cadeira dele era mais elevada. Eu digo: “Já entendi tudo”. Os ministros ficavam abaixo, eu digo: “Já entendi o imperador aqui, já entendi”. Bem, é aquela tese do Cédras: você não entende do país, essas coisas todas. “Nós estamos saindo de uma guerra contra o Sendero Luminoso e tal, etc”. Bem, e aí a gente argumentava. Agora, para resumir, o que aconteceu é inédito. Nenhum organismo internacional, nenhum chefe de Estado vai a uma reunião de ministros do exterior se explicar e se comprometer. Vocês me digam onde? Nem em Westfália não teve nada disso não.

M.T. - Mas ele foi por quê? Ele achava que ele ia conseguir?

J.S. - Não, ele assumiu o compromisso com a gente de que teria mais eleições, reforma da Constituição, tudo isso.

M.T. - Por que você acha que ele foi para essa reunião?

J.S. - Porque ele não tinha apoio nenhum na organização. Ele estava completamente isolado no país.

M.T. - Então, ele tentou ir para tentar negociar?

J.S. - Não, ele foi já sabendo que iria assumir um compromisso. Não foi negociar. A negociação foi prévia à vinda dele.

O.S. - Mas a vinda dele foi uma surpresa ou ele se comprometeu com essa viagem durante a negociação?

J.S. - Ele não chegou a se comprometer, dizer: “Eu vou à Assembleia”. Ele se comprometeu com a nova Constituição, novas eleições e em deixar o poder não imediatamente, mas como consequência das eleições.

O.S. - Então, as novas eleições um ano depois foram o resultado?

J.S. - Foram. Sem dúvida alguma, foram o resultado da nossa gestão, ao meu entender.

O.S. - Comparado a hoje, pode-se dizer que a interferência de um organismo regional é, em conjectura de golpe ou ruptura política, algo mais comum. Naquela época, foi algo novo?

J.S. - Foi inédito.

O.S. - Então, não havia durante as investigações um forte argumento de que isso violava a soberania do país?

J.S. - Houve, desde o começo. Na primeira intervenção minha acharam que isso era contra a Carta por causa da autodeterminação, por causa da não ingerência. Eu digo: “O meu argumento é o seguinte: não pode ser contra a não ingerência porque os próprios países votaram a Carta da OEA. Como não ingerência? Ingerência da OEA em seus assuntos internos? Você aceitou, você pediu. Então é consequência de um compromisso que você assumiu quando assinou a Carta”. Esse argumento colou de alguma forma.

O.S. - Isso pode ser visto como o início de uma longa transição que, por exemplo, levou ao conceito da não interferência, articulado mais tarde? Isso tudo se iniciou naquela época?

J.S. - Não, quer dizer, algumas coisas foram discutidas, não é? Naquele tempo, inclusive, eu defendi essa posição, houve reação à OEA e à observação eleitoral. Foi preciso convencer que a OEA não declarava eleitos, quem declarava eleitos eram as autoridades eleitorais do país. A gente observava. Bem, depois veio a não ingerência. Eu digo: “Como é que é ingerência? Você me convida para a sua casa, eu vou para a sua casa com aquela ingerência”. Então, isso colou. Depois vieram coisas. Aliás, o governo brasileiro teve uma reação muito boa. Esse negócio de dever de ingerência, depois a gente vai falar na reunião do grupo do Kofi Annan. Como é que

você vai fazer ingerência? Essa é a tese que, se não me engano, foi o Celso Amorim que levou à Assembleia Geral da ONU. É claro, você vai e aí? Não é um dever de ingerência, é *como* fazer. Dever de como fazer a ingerência.

M.T. - Vamos chegar nesse tema mais tarde.

O.S. - Só mais uma pergunta em relação ao período. Justamente, em abril de 92, o Celso Lafer assumiu e o Rezek deixou o cargo. Como era o debate interno sobre essas questões em relação à possibilidade de uma liderança regional brasileira?

J.S. - Não havia. Pelo menos não chegaram ecos para mim. Não havia debates.

O.S. - Então isso não foi visto, talvez, como uma responsabilidade brasileira de cuidar um pouco da defesa?

J.S. - Não. Agora que nós começamos a tomar conhecimento de uma política externa que deve ser debatida pela sociedade. *Agora*. Naquele tempo não havia nada disso, nenhuma reação. “Baena é meio doido, mas estamos aqui, não temos nada com isso”. Eu sempre levanto isso, porque eu quero assinalar a diferença. Eu saí daqui para a OEA e não havia nem interlocutores nas universidades. Diziam que o Itamaraty era uma torre de marfim que não se comunicava. Não tinha nem curso de Relações Internacionais. Quando eu voltei, dez anos depois, o mercado espalhou. Você tem muitos interlocutores nesse momento nas universidades, cursos de Relações Internacionais que não havia antes. As pessoas esquecem, as pessoas tentam examinar o passado com os critérios do presente. E não pode, era tudo diferente.

O.S. - Não tinha destaque esse tema no debate público?

J.S. - Não.

M.T. - Simplesmente estavam fora do radar. Interessante. Então, no caso do Haiti, em 92, o Brasil não interveio muito?

J.S. - Não. Na medida em que havia decisões da Organização, o Brasil participava.

M.T. - Mas não como um tema particular.

J.S. - Não.

O.S. - Certo. Então, o senhor falou em algum momento que a OEA enfrentou problemas no Haiti. Deu-se relativamente bem no Peru e se deu muito bem depois em 93, na Guatemala.

J.S. - Aí, nesse meio tempo também tem o Panamá. Tem o general Noriega. Esquecem-se disso também, foi um momento muito importante desse movimento.

M.T. - Você pode falar um pouco?

J.S. - Vou falar. Quer dizer, a OEA ganhou onde? Empatou onde? Perdeu onde? Não perdeu em lugar nenhum. Na Guatemala ganhou tranquilamente porque Victores queria imitar o Fujimori. O mesmo esquema do Fujimori, a gente vê aplicado na Guatemala.

M.T. - Tinha menos apoio.

J.S. - *Muito menos*. Não tinha apoio nenhum, porque, volto a dizer, o Fujimori tinha apoio popular, sem dúvida nenhuma. E tinha mais, tinha apoio militar porque tinha acabado com o Sendero Luminoso. Bem, na Guatemala foi mais fácil.

M.T. - Foi um erro de cálculo, não é?

J.S. - É. [riso] Mas no Panamá foi o seguinte: houve uma capa do *Times* que mostrava o candidato à vice-presidente com a goiabeira ensanguentada. Isso causou uma comoção mundial. Aí nós fomos lá para ver o que havia. Primeiro, o sangue não era dele. O sangue era de outro que ele abraçou. Aí, começa a fraude por aí. Mas havia uma realidade que era o general Noriega, dono do país. A gente negocia e tal, porque aí nós estávamos negociando com a autoridade militar. E aí chegamos ao final da negociação, qual era o problema? Para onde vai o Noriega? Quem quer receber o Noriega? A Espanha recebia. Ele já tinha destino assegurado. Ele não quer deixar de ser general do Panamá. Continua general, está certo, e vai embora. Não sei se vocês conhecem o Panamá, é uma rua assim; de um lado tem os americanos e do outro lado está o quartel do Noriega. Nós fomos à sala do Noriega e ele passou um vídeo onde mostrava os americanos descendo de paraquedas e helicópteros no outro lado da rua. Aí o Noriega diz: “Não posso assinar esse documento, porque esses camaradas estão aqui... Eu não vou sair daqui”. Eu telefonei para o Departamento de Estado e a resposta foi a seguinte: “Nós temos um acordo que nos dá esse direito”. Claro, é um acordo, cada um tem os seus direitos... Eu digo: “Vocês têm o direito, mas não podem exercê-lo porque tem uma situação política que

nós estamos resolvendo aqui e a presença de vocês vai tumultuar tudo”. E não deu outra. Agora não, mas, enfim, logo depois, eu conclui que eles estavam de má fé desde o começo e não queriam o acordo da OEA com o Noriega. Eles queriam invadir o Panamá como invadiram depois. E aí prenderam o Noriega. Realmente, eu ficava aflito porque a gente, sentado ao redor de uma mesa tinha à frente o Noriega. E o mundo está suspenso, a região está preocupada e eu tenho um imbecil na minha frente. Realmente era a expressão da verdade.

O.S. - Ou seja, uma pessoa não preparada.

J.S. - Por favor, não só não preparada, tinha limitações sérias não só de cultura, mas de própria...

M.T. - Capacidade.

J.S. - Por favor. Eu ficava aflito. Aí os americanos fizeram o que quiseram, não é? E que queriam desde o começo: pegaram o Noriega, colocaram em uma penitenciária e bombardearam o Panamá. Agora, felizmente isso já evoluiu totalmente. A situação é absolutamente outra. Mas nesse elenco: Peru, Haiti, Guatemala, tem que entrar o Panamá também – que não chegou a ser um golpe, mas foi uma agressão ao processo democrático sem dúvida alguma.

O.S. - Então, ao longo desses episódios todos, o senhor já enxergou alguma relação com fortalecimento dos, vamos dizer, compromissos maiores dos atores regionais com a ordem democrática.

J.S. - Sem dúvida.

O.S. - Certo. Vamos falar um pouco da OEA em termos mais gerais.

M.T. – Desde que o senhor saiu da OEA, coincidiu com o processo de multiplicação dos organismos regionais nas Américas. Hoje são muitos organismos e, às vezes, os atores, os Estados querem fazer coisas e depois buscam uma instituição que possa respaldar uma ação que eles pensaram. Como o senhor acha que isso complica ou não complica o multilateralismo regional?

J.S. – Bom. Meu entendimento é de que já havia, antes desse fenômeno atual, sub-regionais, já havia o Caricom, já havia a América Central, já havia a Comunidade Andina. Nunca foi problema porque desbocavam em afluentes que iam desembocar no diálogo da OEA. Agora, as coisas se multiplicaram, as iniciativas. Mas também algumas não vão para frente. Eu sempre lembro do Mercosul e daquela história do general espanhol; no meio da batalha parou e disse: “Quero saber quantos somos, onde estamos e para onde vamos”. É o caso do Mercosul: quantos somos? Onde estamos? E para onde vamos? Não sabe. O Mercosul está perdido porque não sabe o que é. E aí a outra que é uma iniciativa nova que eu acho que está indo bem é América do Sul, porque, para se continuar citando os espanhóis, um filósofo espanhol, o Ortega y Gasset, que diz que o homem é o homem e suas circunstâncias. O Brasil é a América do Sul. Não é América Latina porque América Latina é um conceito, América do Sul é uma realidade geopolítica. Então, para nós, interessa a América do Sul. Bem, nós estamos indo, acho que, na direção que eu não sei o que vai acontecer, mas está indo na direção correta. E agora, uma outra chamada Aliança do Pacífico. Aí tem o México. Vocês também são especialistas e um tema que seria muito curioso seria pensar o México. Naturalmente, o Octavio Paz iria ter uma posição absolutamente fundamental. Mas o que é o México nesse momento no diálogo internacional? Um Estado que se aliou (evidente que tinha que se aliar) com aquela fronteira.

M.T. – Inevitável.

J.S. – É inevitável. Bem, mas como é que eles se veem no hemisfério?

[FINAL DO ARQUIVO 1]

M.T. - E a Celac², essa outra instituição nova, que está todo mundo menos o Canadá e os Estados Unidos? Não vai para frente?

J.S. - Não, não vai. Eu acho que a Unasul³ vai para frente. E a Unasul tem um aspecto que é realmente importantíssimo: a Comissão de Defesa. Então, a Unasul está definindo a sua posição quanto aos problemas de defesa.

M.T. - Mas não tem o arcabouço.

² *Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos.*

³ *União das Nações Sul-Americanas.*

J.S. - Mas pode criar. Por exemplo, o que a gente tinha, em matéria jurídica, para defesa do hemisfério? Era o Tratado do Rio que já morreu há muito tempo e ninguém se deu conta de enterrá-lo. Não existe mais. É um instrumento da Guerra Fria. A Guerra Fria já acabou e os caras ainda falam no Tratado do Rio. Não existe mais. A própria OEA tem uma comissão que trata da defesa. O novo conceito do que é defesa neste momento. Agora, eu acho que a Unasul está mais na frente.

M.T. - Está mais na frente. Mas não tem um secretariado?

J.S. - Não, isso não tem.

M.T. - Não tem o arcabouço jurídico?

J.S. - Ainda não. Eu acho que a Unasul vai mais acelerada na questão de defesa, para definir o que é defesa, neste momento, e como se faz com as forças de defesa nacionais (assunto no qual a OEA que está muito atrasada).

M.T. - Com a criação da comunidade latino-americana, a Celac tentou criar uma narrativa de que a OEA tem uma influência desproporcional dos Estados Unidos. Como funciona isso? Sempre foi assim? Qual o espaço de manobra que se tinha em relação aos Estados Unidos?

J.S. - É o que você disse há pouco: “Depende do próprio secretário-geral”. Porque quando me levantavam esse argumento, eu digo “espera aí, a influência dos americanos não é maior nem menor do que a que eles têm na ONU. Muito maior na ONU do que aqui”.

M.T. - Eu diria até que, em termos técnicos, é menor na OEA do que na ONU.

J.S. - Na OEA é menor, é claro. Porque o país é um voto. Bem, depois vocês me digam quantos americanos foram condenados por uma Assembleia Geral da ONU como foram na Assembleia Geral da OEA depois do episódio do Panamá. Houve uma condenação explícita. Então não é assim tanto não. Mas eles são hegemônicos no mundo todo.

M.T. - Mas você acha que a OEA seria um espaço vantajoso para países menores tentarem domesticar os Estados Unidos?

J.S. - Não, domesticar eu não diria.

M.T. - É uma palavra forte. [riso]

J.S. - Muito forte. Mas eu acho que as pessoas esquecem que a OEA, como a ONU, é um parlamento, é um espaço de diálogo. Você ter os americanos em um diálogo de trinta e cinco países (estou contando Cuba, embora eles não queiram voltar) ao invés de um espaço de cento e noventa e dois é muito diferente. No diálogo da ONU, onde eles têm direito de veto, no Conselho de Segurança, no diálogo da OEA não há veto. Então, você pode conversar, você pode dialogar. Essa é a grande virtude, eu acho, da organização regional.

M.T. - E o senhor acha que o Brasil poderia usar isso de maneira mais inteligente, mais sofisticada?

J.S. - O Brasil sempre teve uma presença histórica muito importante na construção da OEA, em todo o arcabouço jurídico da OEA.

M.T. - Desde antes das conferências?

J.S. - Desde 1900. Houve uma Conferência Americana no Brasil.

M.T. - Em 1906.

J.S. - Exatamente. E a Conferência produziu o arcabouço jurídico de princípio, sobretudo, de não intervenção, autodeterminação, igualdade jurídica dos Estados. Antes do Rui Barbosa lá em Haia, a gente tinha aqui na OEA. Bem, e depois o seguinte: a OEA produziu, em matéria de Direito Internacional Privado, o chamado Código Bustamante e outras coisas. E o Brasil sempre presente. Agora, houve alguns momentos, claro, de um apagão da OEA como consequência, não só dos regimes autoritários, mas da Guerra Fria.

M.T. - A gente tinha deixado essa pergunta para depois, mas já que entramos um pouco nesse passado das Conferências Americanas, Pan-americanas. Tem a teoria de Alejandro Álvarez de que existe um direito internacional latino-americano distinto dos outros.

J.S. - Isso é discutível.

M.T. - Existe esse debate. Você acha que há, e aí a experiência no sistema interamericano é importante, um pensamento distintamente latino-americano em matéria de política externa, resolução de controvérsia, uma coisa nessa direção?

J.S. - Eu diria que há uma contribuição distinta. Em toda minha experiência aí não me indica que há um direito internacional latino-americano ou americano. Há um direito internacional com contribuição latino-americana importante como Alejandro Álvarez... Mas eu acho que aí, a OEA teve um papel determinante. Os pecados da OEA decorrem, a meu ver, da Guerra Fria e dos governos autoritários, porque houve um apagão da OEA por algum tempo.

M.T. - Sim, de que maneira se deu esse papel determinante da OEA?

J.S. - Ah sim, nas próprias Conferências Americanas, por exemplo: Doutrina Calvo.

M.T. - Claro. Nesse período: final do século XIX, começo do século XX.

J.S. - Lógico, começo do século XX. Antecipou-se a outros.

M.T. - E depois também ou não? Depois da conferência do Uruguai...

J.S. - Eu defendo a posição de que o Brasil é o país das oportunidades perdidas. A gente não acerta uma, cada vez se enrola mais, como a América Latina também. E a América Latina, no começo da ONU, eram vinte e cinco países sobre sessenta ou cinquenta e poucos. Não fez nada para nos beneficiar. Depois, a própria OEA era latino-americana, depois vieram os países do Caribe. Aí as coisas se complicaram. Mas eu acho que a gente perdeu oportunidades. As que nós aproveitamos resultaram em contribuições muito importantes para Direito Internacional, que é o tema que a gente está tratando.

M.T. - Mas depois, já com a OEA como instituição, depois da Carta de Bogotá, você identifica alguma contribuição desse tipo? As Américas, o hemisfério, fazem política externa ou resolução de conflitos diferente de outros?

J.S. - Não, não fazem, porque não se pode fazer. Não há uma política externa de um organismo regional. Nem a União Europeia consegue ter uma política... [riso].

M.T. - Claro, falo no sentido de um hábito, uma forma de fazer as coisas.

J.S. - Se você quiser, nessa linha, você tem a nosso favor o hábito do diálogo. Isso é verdade. Aqui, se você levantar a situação da América Latina de conflitos entre Estados, é a região mais pacífica do mundo.

M.T. - Por conta dessa cultura do diálogo, não é?

J.S. - É, a favor dessa cultura do diálogo. Agora, se você analisar a violência intra Estados, complica. Mas você não tem um lugar no mundo tão pacífico em relações internacionais como a América Latina.

M.T. - Isso se deve a essa cultura de diálogo?

J.S. - Eu acho que sim. Por exemplo, o mais evidente, Brasil e Argentina. Não há lugar no mundo, sobretudo menos [riso] na Europa, onde dois países, França e Alemanha – como Brasil e Argentina, permitam a inspeção das suas instalações nucleares pelo outro. Então, o Brasil pode visitar as estações nucleares da Argentina e a Argentina pode vir aqui. Não existe isso em lugar nenhum do mundo. É o diálogo que é a nossa virtude. Eu não tenho dúvida

O.S. - Voltando um pouco à história mais recente da OEA. Em 95, por exemplo, a OEA não teve um papel importante, isso foi depois do senhor ter saído, na questão do Peru e do Equador, por exemplo.

J.S. - E aí tem umas coisas que eu tenho que dizer. Você não pode ter um secretário-geral que foi Presidente e continua a achar que é Presidente. Naquele tempo, agora não. Eu fui a uma reunião, depois que eu saí, que o secretário-geral recebeu o discurso dele de um ajudante de ordem fardada da Marinha Colombiana. Eu digo: “Não pode. Esse camarada realmente não entendeu nada”. E nós estamos na reunião: “Vai falar o secretário-geral”. Aí vem um cara fardado de ajudante de ordem como se fosse o Presidente para entregar o discurso para ele. Eu digo: “Não dá”. Então, ele cometeu vários erros por causa disso. Ele achava que ainda era Presidente. Você falou do Peru e do Equador. Ele se meteu nisso, mas ficou esperando que fosse chamado. Você nunca se dispõe um homem de ação, você é convocado para uma mediação. Você não se oferece, você é chamado. Então ele ficou esperando ser chamado, mas não foi. Os países carentes que resolveram o problema, não foi a OEA.

M.T. - Mas por que ele não foi chamado?

J.S. - Porque.. [risos] Você já respondeu a pergunta anteriormente. Eu acho que era um conflito entre os países membros, claro.

O.S. - Então, tinha mudado alguma coisa na maneira como o governo brasileiro enxergava a sua responsabilidade, a sua esfera de influência comparando 95 com 92, 91, por exemplo? Ou isso foi devido à ausência da OEA?

J.S. - Eu acho que sim, eu acho que o Brasil levou mais em conta seus deveres de país garante do que país membro da OEA nesse ponto.

O.S. - Certo. Durante essa época de 95, mudou alguma coisa aqui no debate público?

J.S. - Mudou alguma coisa, sem dúvida. Por exemplo, as universidades estão mais presentes.

O.S. - Em 95 já, você diz?

J.S. - É, quando eu voltei eu vi isso: se multiplicando os interlocutores sobre política externa. As pessoas sabem mais do que está acontecendo, porque estudam mais, conhecem mais. Então eu acho que mudou, sem dúvida alguma. Bom, se você considera que todo mundo tem o direito de dizer o que quiser, o debate é de baixa qualidade na opinião pública. Mas era inexistente. Agora dizem bobagem, mas há. [risos]

M.T. - Sim, sim... É interessante que, em 2009, durante a crise em Honduras, o Lula deixou muito claro que ele queria que a OEA tivesse um papel.

J.S. - Dois episódios que a mim não agradam muito: Paraguai e Honduras. Não fico muito contente. [riso] Paraguai foi um desastre.

O.S. - Paraguai 96 ou 2012?

J.S. - Aquele do Lugo.

O.S. - Ah, 2012. Mas do seu ponto de vista, voltando primeiro a 2009?

J.S. - O meu ponto de vista é que não houve nenhuma razão para a interrupção do processo democrático... A ação não foi da OEA, foi dos países do Mercosul.

M.T. - A suspensão?

J.S. - É.

M.T. - Se não foi ilegal, foi ilegítima, certamente, aquela suspensão.

J.S. - Bom, ilegítima eu acho que sim. Em Honduras foi uma confusão tremenda. E como é que você dá asilo? O que é isso? Como o asilado recebe visita de líderes políticos dentro da embaixada? Como você tem mais de cem pessoas fazendo comício dentro da embaixada. Foi um desastre. Eu estou falando como profissional. [riso]

O.S. - Claro. Isso pode ser, mas já se pode falar de uma atuação mais assertiva brasileira. Havia um interesse, talvez, de uma projeção mais global brasileira ou isso simplesmente foi um erro de cálculo?

J.S. - Eu acho que foi um erro, um erro de avaliação. Foi um erro. Como no Paraguai, também foi um erro.

O.S. - Mas no Paraguai pode-se dizer que isso foi uma tentativa de criar um precedente para esse tipo de ruptura?

J.S. - Não, porque não houve ruptura. Não houve nada. Deram um golpe em cima do Presidente que estava no exercício de seu mandato. Não houve interrupção do processo democrático.

M.T. - Certo. Entendido como uma ruptura constitucional?

J.S. - É, não houve. No meu entender não houve. Podem as pessoas achar diferente. Evidentemente, o Mercosul achou diferente. Mas eu não acho isso não. Tanto eu tenho razão que o povo paraguaio não aceitou isso.

M.T. - E realmente, uma ruptura constitucional é uma coisa qualitativamente diferente.

J.S. - Muito diferente, claro. Agora, Honduras foi uma confusão geral. Como dizia Machado de Assis: “A confusão era geral”.

O.S. - Certo. Agora só para encerrar essa questão da OEA. Se o senhor, hoje, estivesse novamente na posição de 83, 84, com a vantagem de assumir um cargo importante em uma instituição, optaria novamente pela OEA?

J.S. - Bom, eu fui para OEA, porque era secretário-geral do Itamaraty e achava que eu tinha alguma contribuição a dar. Houve um novo embaixador americano na OEA, e aí eu vou ao embaixador Einaudi. Vocês já ouviram falar, não é? Einaudi é italiano, quer dizer, o tio-avô dele foi Presidente da Itália. A família dele tem uma editora, Einaudi, e tem vinhos. Bom, eu

disse a ele: “Você é o único americano que pode trabalhar na OEA, os outros não. Porque você entende a gente. Você nos ouve”. Bom, mas voltando ao assunto que eu queria levantar aqui. Eu sou chamado pelo Congresso Americano, para um *hearing*, sobre, naturalmente, América Central. Eu digo a minha secretária: “Responda que eu não vou”. “Ah, vou dizer que a sua agenda está ocupada”. “Não, diz que eu não vou, eu não posso, um secretário-geral de um organismo internacional ir a um *hearing* do Senado americano, de um país membro. Eu não vou”. Bem, aí vem o novo embaixador americano: “Precisamos conversar”. Aí mandou a secretária me dizer: “Ele está esperando o senhor no escritório dele, no Departamento de Estado”. Diga a ele também “Eu não vou. Eu vou a um escritório de um embaixador representante permanente da OEA? Eu vou a trinta e cinco ou trinta e quatro. Não posso, não vou”. “Ah, ele está convidando o senhor para almoçar”. E foi bom porque eu passei duas horas conversando com ele. Ele tinha sido auxiliar, assessor daquele senador Jesse Helms. Aí eu disse a ele: “Quais são as queixas que vocês têm?”. Eu pensei que ele ia dizer: “Oh, você está muito ativista”. Nada disso: “Você não responde as nossas notas diplomáticas”. Eu digo: “Como não respondo? Me dá um exemplo”. Aí ele me deu uma nota que pedia emprego. Eu digo: “Olha aqui, é o primário da diplomacia, você não me pede um emprego por nota diplomática. [riso] Você chega ao meu ouvido e diz: Olha aqui, eu queria empregar o Baena lá... Por nota eu não vou responder nunca, eu não posso responder a sua nota”. Então, eu disse de outra forma, mas estava ensinando ao camarada o básico. Bem, passamos mais duas horas conversando. Estou contando tudo isso, porque tem a ver com sua observação. Eu digo: “Olha, você não sabe, mas você tem que saber que eu tenho uma carreira atrás de mim. Se eu não puder fazer o que eu acho que deve ser feito, eu vou embora. Eu não estou aqui procurando emprego, eu já tenho o meu emprego. Pego o meu boné e vou para a casa. Mas a situação é essa: se quiserem que eu fique... Eu fui eleito. A eleição é um ato político. Se quisesse um gestor, colocava anúncio no jornal: precisamos de um gerente para a OEA e tal. Mas não, eles me elegeram. Então a eleição é um ato político, eu vou exercer uma função política”. Aí, bom, ficamos entendidos. Mais de duas horas e eu não comi nada. Resultado, aquela outra convocação: “Estou convidando o senhor para um café da manhã na Comissão de Relações Exteriores do Senado”. Eu digo: “Café da manhã eu vou”. Já não vou tomar café nem saio para o trabalho. Sessão de trabalho não é nada disso. Cheguei lá, fiz uma exposição sobre a América Central e depois começaram a brigar: senadores republicanos contra os democratas. Eu fiquei de fora. [risos] É a minha experiência. Mas, realmente, esses dois episódios mostram que se você não reagir, você é

atropelado, porque os camaradas são arrogantes e querem te impor coisas. Eu acho que o que convenceu foi quando eu disse que eu tinha para onde voltar, que não estava lá a fim de ter emprego não.

M.T. - Vamos passar para o *High-level Panel*?

J.S. - Vocês elevaram o nível, hein? [risos]

M.T. - Depois a gente entra mais no detalhe da substância. Como se entra em um painel desse tipo? Como funciona? Você tinha relação com o Kofi Annan na época?

J.S. - Eu não tinha. Quer dizer, tinha...

M.T. - Protocolar.

J.S. - É. Não há ninguém que entre em um negócio desses sem o país influir, não é? Claro que, eu acho, o governo brasileiro influenciou, como os outros também influíram. Você tem a lista dos dezesseis, não é? Você vê que tem, de latino-americano, só o Brasil e o Uruguai. Você tem a Índia, você tem Paquistão, você tem Tailândia.

M.T. - Todos os membros permanentes, claro.

J.S. - Os membros permanentes. E tem a Gro⁴ da Noruega. Mas é isso, dezesseis? Eu estou esquecendo de alguma figura. Mas há episódios muito interessantes. Eu estou lá. Agora, o americano era o general Scowcroft. Bom, discutindo o Conselho de Segurança e tal, eu digo: “Mas isso é muito injusto”. Aí o Scowcroft, a gente chamava pelo próprio nome, diz: “Mas Baena, você está se esquecendo que o Conselho é tão injusto quando a vida”, “Bom, aí eu não tenho argumento mais. Acabou”. [risos] E tinha umas coisas interessantes. Em desenvolvimento, tem do Egito também que era o Moussa, vivia com segurança sendo ameaçado de morte (foi o ministro do exterior do Egito).

M.T. - Ah, o Amre Moussa.

J.S. - Depois foi candidato a Presidente. É uma figura ótima. Entre as coisas salteadas, se vocês quiserem, e que aconteceram, você recebia textos de uma equipe de universitários americanos.

⁴ Gro Harlem Brundtland, representante da Noruega no *High-level Panel*

Primeiro texto que eu recebi chamava *O Terrorismo*: “Porque o terrorismo islâmico...”. Eu digo: “Eu não aceito isso não. Por que só terrorismo islâmico? Se eu falar com os espanhóis, tem outro tipo de terrorismo que eles vão querer colocar”. Aí eliminaram o adjetivo. Segunda coisa, queriam redistribuir os grupos regionais. Então, para nós, criaram um grupo chamado Américas – naturalmente o Iglesias e eu estávamos contra. Não dá isso lá.

M.T. - Esse é o grupo para a eleição.

J.S. - É, para tudo: Conselho de Segurança e tudo. Todas as eleições.

M.T. - Claro, isso implica que o Canadá compete com a gente.

J.S. - Canadá e americanos. Não é só Canadá.

M.T. - Mas para Conselho de Segurança...

J.S. - Sim, mas o Conselho de Segurança já está eleito. [risos] Mas, então, todo dia tinha uma coisa embutida, você tinha que saber qual era o veneno que estava aí.

M.T. - O que está por trás. O senhor não tinha relação com o Kofi Annan?

J.S. - Não. Não é nenhuma virtude minha, mas você não podia ter um grupo desse tipo sem o Brasil estar lá. Isso era impossível pensar.

M.T. - E o Itamaraty que indicou...?

J.S. - Ah, sem dúvida.

O.S. - Então, o senhor soube que houve todo um trabalho...

J.S. - Tinha que haver. Não pode você ter o Paquistão e não ter o Brasil. Ter o Egito e não ter o Brasil. Que negócio é esse? Você tem o Uruguai e não tem o Brasil.

O.S. - Então havia uma comunicação entre o senhor e o Itamaraty antes?

J.S. - Antes não.

M.T. - Durante.

J.S. - É. E depois o seguinte, por que eu? Não era por minha virtude pessoal, e sim pelo lugar que eu tinha ocupado. Ao invés de você ter um secretário-geral de um organismo regional que é o cara indicado para ir lá a nome do Brasil. Eu estou com o vírus do Itamaraty. Todos os meus filhos também. A minha filha é casada, embaixatriz agora, com um diplomata. O meu filho é embaixador, os dois estão em Brasília. A minha filha está em La Paz nesse momento. Bom, vamos lá.

O.S. – Certo. Então, isso não é uma posição interessante?

J.S. - Não, eu acho o seguinte: esse grupo naturalmente em cinco membros permanentes tinha que ter nacionais lá. Isso é claro. Depois o secretário-geral da Liga Árabe, que é o caso do Moussa, está lá, claro. E se você vai para a Ásia, o presidente do grupo era o ex-ministro exterior da Tailândia. E se você coloca a Índia, o Paquistão vai gritar. Bem, a África já está acomodada com o Egito. E a América, você tem o Iglesias que foi presidente do BID⁵, você tem um outro que foi presidente da OEA. Agora, ninguém diz: “ah bom, vai chamar o Iglesias, vai chamar o Baena sem um cochicho, é claro”.

M.T. - E o representante americano... Era uma época complicada, essa fase.

J.S. - Muito.

M.T. - O secretariado procurou juntar pessoas que pudessem dialogar sobre esses temas.

J.S. - Sem dúvida.

M.T. - Não colocar cão de guarda, como o John Bolton ou um equivalente, na comissão?

J.S. - Não, não colocaram não. O diálogo era bom. Agora, realmente tinha que reagir. Além do Iglesias, quem apoiava muito era o Moussa.

M.T. - E como funcionou? Tinham muitos encontros e eles eram *retreats*?

J.S. - Nós tínhamos encontros e, sobretudo, em vários países. Mas a maioria dos encontros foi nos Estados Unidos, na área de Nova York. A gente ia para um hotel, como nós fomos para Suíça, Genebra, em um hotel até muito agradável. Em matéria de turismo foi muito bom. E aí

⁵ Banco Interamericano de Desenvolvimento.

a gente discutia com base em documentos e projetos pela universidade americana. Você não podia deixar a discussão solta, estou de acordo, mas acho, e continuo achando, que os documentos deviam vir do secretariado da ONU, não de uma universidade americana. Isso que eu acho errado. Mas, enfim, foi o que aconteceu. Obrigou-me, como estava dizendo antes, a tomar algumas posições e nós fizemos mais reuniões. Eles queriam fazer uma reunião na Tailândia. Eu digo: “Só se fizermos em Santiago do Chile. Porque você vai querer fazer na Comissão Econômica para a Ásia, quero fazer da Cepal também”. E aí o Iglesias: “Estou de acordo. Nós queremos, então se você fizer na sua”, que era holandês o presidente, “nós temos que fazer na nossa”. E aí morreu o assunto. E aí o que acontecia? Primeiro, decisões só por unanimidade, quer dizer, consenso. Bem, consenso é diferente de unanimidade, todos nós sabemos. Mas era por consenso. Depois, sobre esses textos, reuniões em vários lugares. Uma das reuniões, e a gente era convidado, foi na China. Evento com diplomatas aposentados que o governo chinês organizou em uma universidade. Embaixador aposentado no Brasil pode dizer o que quiser que ninguém presta a atenção, mas na China é diferente, vou contar o porquê. Fizemos a reunião, muita gente: acadêmicos, diplomatas aposentados, empresários tipo chineses. [risos]. Bem, estávamos lá todos e aí veio o tema: reforma da Carta para reforma do Conselho. “Ah, o Japão não sei o quê”. O embaixador aposentado chinês se levantou e disse: “Eu lamento, mas eu expressei uma opinião contra, porque eu não posso aceitar que o país que agrediu o meu país, que destruiu a minha aldeia”, porque ele era de uma aldeia no litoral da China, “e que nós vencemos, tenham as mesmas prerrogativas do meu país”. Eu digo: “Isso é grave”. Voltei aqui, era o Celso Amorim. Eu digo: “Celso, esquece reforma da casa, não vai sair não e não é por causa do Brasil. Aí contei esse episódio”. Claro que não vai sair. A China não vai deixar nunca.

M.T. - E é um processo jurídico complicado também, não é? Porque você tem que reabrir o tratado.

J.S. - Você tem que reformar o tratado, você tem que fazer um protocolo, como a OEA fez vários, e todo mundo tem que assinar. É esse o argumento dos que não querem reformar a ONU. Como a gente vai convocar cento e noventa outra vez? Não dá, a maior atividade da ONU no momento está fora da Carta. Essas operações de paz, não estão na carta nunca.

M.T. - Capítulo seis e meio.

J.S. - [risos] Como dizia o Araújo de Castro.

M.T. - E qual foi o papel, vamos falar um pouco mais do Stephen Stedman, do professor de Stanford.

J.S. - Eu estou falando, mas você já sabe disso tudo. [riso]

M.T. - Mas eu queria saber um pouco mais sobre o papel dele, da equipe dele em fazer...

J.S. - Sempre que ele podia, ele empurrava as posições americanas, é claro. Partidárias não, posições americanas.

M.T. - Em geral? Mas porque ele pensava assim, ou recebia memorandos?

J.S. - Ele pensava assim. Desde tomar café da manhã, jantar, a gente estava junto. Pode-se imaginar. Ele pensava assim. Ele pensava em terrorismo islâmico sempre.

O.S. - Bom, também foi uma situação muito específica na qual a nação inteira estava batendo nesse assunto.

J.S. - Não, eu digo: “Não dá. Se eu falar em terrorismo islâmico na Espanha eles me matam”. [riso]

M.T. - E em um Painel como esse é totalmente inadequado.

J.S. - Outra coisa inadequada foi a mudança dos grupos regionais que a gente conseguiu neutralizar. A terceira foi o nuclear, o aspecto comercial do nuclear.

M.T. - Os papéis que ele e a equipe dele preparavam... Eles eram os únicos que escreviam papéis para as reuniões?

J.S. - Não, às vezes, alguns dos membros tinham papéis para apresentar também.

M.T. - Não vinha só desse grupo?

J.S. - Não, não. Eu não me recordo do fato, mas houve também papéis dos participantes, dos membros da Comissão.

O.S. - O senhor teve apoio de uma equipe?

J.S. - Equipe não, equipe tinham os chineses, era impressionante. Quando o chinês entrava, uma porção de gente ia atrás dele. Eu tinha *um* diplomata. Um diplomata brasileiro muito bom que tinha experiência na ONU.

O.S. - Mas houve, então, uma assimetria entre os membros no quesito diplomatas?

J.S. - Não, todos tinham.

O.S. - Mas uns tinham mais do que outros.

J.S. - É, como sempre na vida. A vida é injusta. [risos] Uns tinham mais do que outros, não é? Agora, o que tinha mais era o chinês. Impressionante.

O.S. - Certo. Mas você só queria mesmo uma pessoa?

J.S. - Primeiramente, você tinha que ter uma pessoa com a qual você pudesse fazer algum comentário do que está acontecendo e que te ajudasse a compreender as coisas. Esse menino era muito bom. Não consigo lembrar seu nome. Bom, mas é isso. O russo tinha pouca gente. A Gro que eu acho que não tinha ninguém. [risos]

M.T. - A norueguesa.

J.S. -Nisso, os franceses ajudaram muito, o Badinter. Esse era muito bom. Por ordem alfabética, nós sempre estamos juntos. Ah, e esse ex-ministro da Austrália esse era um bandido.

M.T. - Gareth Evans.

J.S. - Aquilo do dever de intervir, brigamos muito nisso.

M.T. - Vamos chegar nessa discussão. O senhor guardou os papéis?

J.S. - Não, deixei tudo no Itamaraty. O que eu tenho é isso que você vê aqui. E eu tenho o meu depoimento lá, mas os papeis não tenho não.

M.T. - Vamos entrar na substância, então. Já que o senhor falou do Gareth Evans, a gente pode começar com o tema da responsabilidade de proteger que foi um grande evento do Painei: a inclusão do tema responsabilidade de proteger. Como foram os debates em relação a isso?

J.S. - Muito difícil, porque a nossa tese, dos pobres, era que só se aplica aos nossos países; a nova forma de colonialismo, como continua sendo. Ninguém aplicou a responsabilidade de dever na Chechênia, tinha alguém que aplicou? Ninguém aplicou no Vietnã ou alguém aplicou? Por favor, não venham com essa conversa para cima de mim.

M.T. - Mas acabou ficando, como se tivesse sido decidido antes do Painel desse ano, porque Kofi Annan apoiava a ideia.

J.S. - É, ficou, mas ficou muito dividido. Diante da proposta que o australiano fez, está muito diluído.

M.T. - E a diluição é o que, exatamente? É colocar abaixo da carta?

J.S. - É.

M.T. - Exigir a autorização do Conselho.

J.S. - Do Conselho.

M.T. - Era a fórmula de Kosovo que eles...

J.S. - Era um horror. Era a tese da outra. Outro dia eu escandalizei os meus coleguinhas em uma reunião porque eu disse: “A maior ameaça à paz e à segurança internacional no momento é a Otan⁶”.

O.S. - Isso foi naquela época?

J.S. - Não, isso foi agora.

O.S. - Então, qual foi a sua reação inicial quando o conceito surgiu nos debates?

J.S. - Eu me manifestei contra. Eu achava que era uma nova forma de colonialismo.

O.S. - E expressou?

J.S. - E expressei: “Vamos ter que amadurecer isso, porque, como está a proposta, não dá”.

O.S. - E qual foi a dinâmica inicial?

⁶ Organização do Tratado do Atlântico Norte.

J.S. - O que vocês perguntaram antes: foi um exemplo do papel de um membro, não de um professor universitário. O australiano que trouxe o papel. Era o dever de intervir, nem era o direito, era o dever. Não dá. Também nessa linha, a gente tentou fazer algumas sugestões que foram aceitas na ONU, aquela que você tem que construir. Você vai a uma operação de paz, manutenção da paz...

M.T. - *A Peacebuilding Commission.*

J.S. - Exatamente. Essa ideia foi nossa.

M.T. - Vamos chegar nesse tema também.

J.S. - [risos] Está bom.

M.T. - A gente quer saber como foi, a gente viu o resultado. Essa diluição, para encerrar a Responsabilidade de Proteger, é o que basicamente?

J.S. - Vindo de um país colonizado era surpreendente, porque era a expressão do colonialismo realmente. Você tinha o dever, o dever está incluído também o direito, de intervir quando o país tivesse... Como eles chamavam? Países bandidos, uma tradução assim.

M.T. - *Robber States.*

J.S. - É. Você tinha a obrigação de ir lá. Que negócio é esse? Quem é a sua autoridade?

M.T. - A fórmula no final ficou que a responsabilidade de proteger precisa de uma autorização do Conselho de Segurança dentro dos parâmetros da Carta. E o senhor ficou satisfeito com essa formulação?

J.S. - Eu fiquei. Quer dizer, não fiquei satisfeito, porque não queria nada, mas eu tive que negociar. Diplomata, não é? [riso] Mas tem uns princípios que têm que obedecer, *Peacebuilding* é o que nós falamos aqui. São cinco edições, no original não tinha isso. A gente, não só o Conselho. Mas o Conselho tem que respeitar os princípios. Isso foi uma grande vitória.

O.S. - Como funcionava, durante a época, a comunicação com o Itamaraty? Houve um *debriefing*, algum tipo de conversa?

J.S. - Não, não. Mas depois.

O.S. - Depois de cada encontro?

J.S. – Não, depois, no final da reunião eu conversei com o Celso. Não fiz nada escrito, conversei com ele. Eu achava que estava a título pessoal.

O.S. - Ah, entendi. E a posição dele?

J.S. - Sempre, sempre me apoiando. Não tive nenhuma queixa. Agora, o momento grave foi esse aqui sobre o qual eu contei a vocês e que resultou nessa Carta.

M.T. - A questão nuclear.

J.S. - Os caras queriam uma moratória, todos os países estão interessados no Brasil. Só havia duas empresas comerciais, uma francesa e uma americana, para te processarem e você está pagando. [riso] Eu digo: “Isso aqui é uma coisa comercial. Não estou de acordo”. Porque se eu dissesse que não acompanhava o *Panel*, acabava tudo, porque o princípio era esse. Então, eu resolvi mandar uma carta.

M.T. - E não teve espaço para negociação?

J.S. - Não teve. Quando você fala no bolso não tem espaço nenhum. Claramente eu digo: “Isso aqui é uma operação comercial, é evidente”. “Ah não, isso é contra a proliferação”. “Ah senhor, isso é a favor de uma empresa ou duas”.

M.T. - Esse tema da intervenção era tema quente no momento, não é? Porque foi logo depois do Iraque e pouco depois de Kosovo também.

J.S. - Era sim. Olha aqui, só vou ler esse parágrafo da minha carta: “A proposta contida no parágrafo tal sobre um arranjo paramilitar da Agência atômica a agir como fiadora da oferta de material físsil para usos nucleares e civis, por intermédio de provedores que ela autorize e, a preço do mercado, é, a meu juízo, inviável”. É claro. Isso é uma barbaridade. É, mas não fui acompanhado. Fiquei sozinho.

M.T. - Por ninguém? É, porque os outros têm menos interesses...

J.S. - Mas isso é contra nós diretamente.

M.T. - É, surpreende um pouco como o Painel foi ambicioso nesse tema de intervenção. Ou seja, você sair imediatamente depois da crise em relação ao Iraque, uma intervenção fora do Conselho. Isso teve algum papel nessa discussão sobre intervenção e responsabilidade de proteger?

J.S. - Não, eu acho que nesse ponto foi mais a construção intelectual do que a realidade do campo. Ficou todo mundo indignado com o australiano, até mesmo os intervencionistas porque não dava. Por isso que a gente estabeleceu esses critérios. A minha posição era extrema do outro lado: não pode. Então, a gente teve que negociar. Ele não gostou muito não.

O.S. - Quem não gostou?

J.S. - O australiano. Ele é um bandido. Ele foi ministro do exterior da Austrália. Aí, teve influência. E falava como inglês, não tinha nada de australiano.

M.T. - E a *Peacebuilding Commission* foi uma grande contribuição para o Painel?

J.S. - Foi e foi aceita, não é?

M.T. - E como surgiu a ideia?

J.S. - Eu não sei de quem surgiu, mas houve uma convergência de opiniões de que não se podia reestabelecer a paz e sair. Você tinha que continuar no país construindo um país que tinha acabado.

M.T. - Isso foi da experiência do Timor Leste?

J.S. - Não, ninguém falou. Eu acho que foi mais em construção intelectual.

M.T. - O Antonio Patriota é hoje o presidente da *Peacebuilding Commission*.

J.S. - É? [riso]

M.T. - É. Brasil é o presidente e ele é o presidente da comissão.

J.S. - Está muito bem.

M.T. - Outra contribuição importantíssima do Painel, em perspectiva histórica quase, foi o *Human Rights Council*, a transformação da comissão... Como foram os debates?

J.S. - Não me lembro de haver debates. Houve uma convergência. Aliás, esse tema dos direitos humanos na OEA eu participei, eu sou presidente da Comissão Jurídica Interamericana e fui relator da reforma do sistema. A primeira coisa que eu descobri é que os dois países mais ativos nesse tema, Estados Unidos e Canadá, não são parte de nenhum acordo. Aí eu perguntei: “Nem o Acordo de Proteção da Mulher? Está todo mundo de acordo, ninguém contra a mãe, não é?”. Só pode ser contra a mãe. E, depois, o outro é o Protocolo de Proteção as Pessoas Deficientes e aí? O que você tem contra? Mas não são parte de nenhum. De nenhum texto dos direitos humanos que, aliás, são trinta e cinco. O que tem maior número de ratificações tem dezoito Estados. Essa coisa: “Ah, os direitos humanos...”. Os caras querem participar, mas não querem ser responsáveis.

M.T. - É regra para os outros.

J.S. - É. O único tratado é a Carta da OEA, porque todos são partes, que tem capítulo de direitos humanos - é aí que eles se baseiam.

M.T. - Uma das grandes inovações do Conselho de Direitos Humanos é a Comissão, que é igualitária, tem um periódico universal, que foi com a ideia do Painel.

J.S. - Do Painel. Mas esse foi um tema, em geral, consensual. Pelo o que me lembro, não houve muito debate sobre isso não.

M.T. - Então são esses pontos. Ah, tem mais um aqui que é interessante também: a ideia de Segurança Humana.

J.S. - Ah sim, isso nós defendemos muito, eu e o Iglesias.

M.T. - Defenderam a ideia de Segurança Humana? Isso é interessante. O Celso Amorim, mais ou menos na mesma época, argumentou que transformar um indivíduo em um sujeito no direito internacional vem com alguns riscos. E ele conectou isso com o que ele chamou de arcabouço intervencionista, que é isso que estamos falando do Gareth Evans. Como que o senhor vê a segurança humana e como foram os debates em relação a incluir essa perspectiva?

J.S. - Uma das grandes defensoras desse tema foi a Gro.

M.T. - A norueguesa.

J.S. - A Gro e a paquistanesa. Eles defendiam muito. Eu estive sempre a favor, mas é a favor e valendo para todo mundo. E realmente nós podemos dar uma contribuição tranquila do que já temos dado na Corte Interamericana de Direitos Humanos. Agora, acho que a OEA tem que complementar a sua tarefa. Desde Bogotá que estão devendo uma carta social das Américas.

M.T. - O que seria essa carta social?

J.S. - É aquela de instrumento jurídico que atenda aos aspectos sociais. Segurança humana é um aspecto social. Combate à pobreza, que todo mundo fala e ninguém faz nada, também é uma coisa. Aí nisso não quiseram tocar. Eu levantei isso quando fomos comemorar a Carta Democrática, que, em minha opinião, devia ser um tratado e não uma resolução. Porque se amanhã tem uma Assembleia Geral: “Vamos modificar. Vamos anular”, você não pode fazer nada, porque é uma resolução. Bem, mas acho, e defendi esse ponto de vista lá, que foi um avanço a Carta Democrática. Estou de acordo. E a Carta Social? Essa não foi. Ainda a OEA está devendo para complementar a sua tarefa. Todo mundo fala em combate a pobreza, mas e aí?

[FINAL DO ARQUIVO 2]

J.S. - Depois tinha o russo, que foi também. Como é o nome do russo? Primakov?

M.T. - Yevgeny Primakov.

J.S. - Primakov. Ele foi primeiro ministro. Mas um bolo danado o Conselho de Segurança: “Tem que disciplinar o uso do veto”. Aí o russo só disse uma frase: “Se tirarem o veto, acabou o Conselho”. “Ah, então está bom. Está definido”. [risos] Só falou isso. Eu digo: “Então, já entendi tudo”.

O.S. - Em sua experiência no Painel, olhando para trás, como avalia os resultados em geral? E como que isso é um exercício?

J.S. - Olha, dentro das circunstâncias, eu acho que foi um bom resultado. Mas o esquema de você ter textos produzidos por universidade americana foi muito ruim. O secretariado da ONU estava presente, mas quem produzia era o professor Stephen. [riso] Bom, acho isso e acho que, em matéria de posição política, cada um defendeu o que a gente já sabia. E esse australiano, me lembro, era perturbador, queria trazer essas ideias meio doidas. A grande figura Gro sempre

querendo acomodar as opiniões. Outra figura muito boa era do Paquistão. O Iglesias era conhecido de todo mundo. O indiano, um general muito boa figura. Os franceses dizem: “*Petit Histoire*”. Nós estávamos voltando e passamos pelo aeroporto de Paris. Ele deixou o computador dele de mão, assim, junto dele, eu estava presente, quando ele se virou não estava mais. [riso] Ele ficou desesperado. Foi à *Air France* reclamar: “Me levaram o computador de mão”. “Estava junto de você, não era a mim não...”. [riso]

M.T. - Quem rascunhou o relatório final foi o professor?

J.S. - Foi, foi.

M.T. - E foi depois revisto?

J.S. - *Muito* revisto, *muito* revisto. Mas todos são responsáveis pelo relatório.

O.S. - Surpresa para o senhor ver como diluiu ao longo dos últimos anos?

J.S. - Ah sim. A grande surpresa e decepção é que muito pouco do que a gente produziu foi aproveitado. *Muito pouco*. Se você gosta de números, se aproveitaram vinte por cento foi muito. E nós – eu digo nós, porque não foi eu sozinho, o Enrique Iglesias também – conseguimos defender a América Latina, porque iam acabar com a gente. [riso]

M.T. - A mudança da região?

J.S. - Isso, não houve decisão porque nós nos opusemos.

M.T. - Certo. Mas, hoje, várias coisas foram adotadas.

J.S. - Mas pouco.

M.T. - O *Human Rights Council*, *Peacebuilding Commission* e, hoje, a responsabilidade de proteger. Em perspectiva história do que poderia ter sido, essa fórmula de colocar abaixo do Conselho de Segurança foi uma grande contribuição.

J.S. - Bom, se você quiser, essa foi uma grande contribuição.

M.T. - De qualquer forma foi adotada depois.

J.S. - Isso, foi. Agora, a transformação da Comissão em Conselho não conto, porque isso ia acontecer de qualquer maneira. A outra, de *Peacebuilding*, foi uma contribuição boa.

M.T. - Uma curiosidade. Há uma hora e pouco atrás, a gente estava falando do Haiti e a preocupação era em deixar o tema fora do Conselho de Segurança. O resultado do Painel expande muito o tipo de tema com o qual o Conselho trata, em matéria de segurança.

J.S. - Mas impõe condições. A gente impõe condições. Veja a importância e serenidade da situação e a solução depois. Mas o que eu acho é o seguinte: o meu ponto era que a gente já estava tratando do assunto. Que negócio é esse? A iniciativa de ir para o Conselho foi dos chilenos, ministro do exterior do Chile. O argumento dele é que as sanções do Conselho são obrigatórias.

O.S. - Qual foi o motivo por trás disso?

J.S. - Ele achava que a nossa reação, com o negócio do Haiti, em matéria de sanções, não era forte, porque as sanções não eram obrigatórias.

O.S. - Queria generalizar.

J.S. - Exatamente.

M.T. - Torná-las obrigatórias no Conselho.

J.S. - Pois é. Mas eu sempre fui contra sanções, acho que não resolve nada.

M.T. - A OEA tinha sanções?

J.S. - Não, na Carta da OEA não tem sanções.

M.T. - Mas no caso do Haiti...

J.S. - Isso foi países que...

M.T. - Alguns países independentes?

J.S. - Sobretudo o interessado no Haiti; República Dominicana que está ali, os outros... Vocês nunca foram ao Haiti, recomendo essa visita. É um país que tem um povo muito artístico, muito estético. Olha ai, essas pinturas todas vieram de lá. Música também. Tudo. Agora, é de uma

crueldade incrível. A estética convive com a crueldade. E é um país infeliz, depois de terremotos políticos tiveram o terremoto real. Acabaram com o palácio do Aristide.

O.S. - O país enfrenta ainda hoje.

J.S. - Ainda hoje.

O.S. - Inclusive, o papel brasileiro depois ganhou destaque.

J.S. - Muito grande. O país é infeliz. Qual é a bobagem que vocês querem que eu diga mais?

M.T. - Eu tenho uma curiosidade. Você fez parte da *Internacional Law Commission* por dois mandatos, não é?

J.S. - É, por dez anos.

M.T. - Como é que funciona isso? Como é a eleição ou convite?

J.S. - Você está falando da Comissão de Genebra, não é?

M.T. - Comissão Internacional de Direito... Isso.

J.S. - O seu governo apresenta a candidatura. Mas, depois de eleito, é título pessoal. Você não representa nenhum país, você é eleito a título pessoal. E você tem, como diz a Carta da ONU, presidentes de vários sistemas jurídicos do mundo. Agora, eu realmente me irritava, porque a comissão levou quarenta anos, finalizamos o meu tempo, para resolver o acordo sobre responsabilidade jurídica dos Estados. Quarenta anos. E levou mais de dez anos para uma guia aos Estados sobre reservas aos tratados. Para você ver, eu vou lhe contar uma historinha que define. Fui eleito junto com o Uruguai que foi chanceler: Didier Operti foi chanceler do Uruguai e foi eleito também para lá. A primeira a região, estava olhando aquilo e pediu a palavra e pergunta ao presidente: “Eu quero que o senhor me diga... Eu estou chegando agora, eu e os meus colegas aqui estamos chegando, e eu queria saber se aqui é como o voo dos aviões comerciais. Aqui tem primeira classe, tem classe turística, classe econômica?”. [riso] O pessoal ficou danado porque não dava a palavra para ele, só dava para... As estrelas...

M.T. - As estrelas eram por causa dos países de onde eles vinham?

J.S. - Não, pelo saber. Por exemplo, o francês Alain Pellet é um professor advogado importante. O inglês, Brownlie, que morreu no Egito há alguns anos.

M.T. - Koskenniemi, o finlandês também.

J.S. - Bom, esse é um bandido.

M.T. - É um bandido?

J.S. - Esse é bandido. Esse resolveu impor o tema: a fragmentação do Direito Internacional. Ninguém queria brigar. A Comissão tem autonomia para propor também não só o que recebe. Aí, Direito Internacional. E ele foi o relator. E para a relatoria dele, ele convocou seus os alunos, que vieram da Finlândia e sentavam atrás dele. Duzentas pessoas ali. Resultado: ele escreveu um livro sobre a fragmentação do Direito Internacional. E aí? O interesse da Comissão dos países é zero. O interesse era dele como acadêmico e dos alunos dele...

M.T. - Foi lá fazer pesquisa.

J.S. - E nós participando. Eu falava: “Não...Essa situação...” É difícil você revelar uma posição pública nesse tipo de Comissão porque é pública. Eu disse: “Não pode ser. A gente está aqui...”. Agora, também temos um monte de coisa interessante: o uso de rios e risotos para navegação. Houve até um acordo internacional assinado.

M.T. -Quantas pessoas participam da Comissão? São muitas?

J.S. - São. Se eu me lembro, são umas trinta.

M.T. - E é uma eleição. O país indica...

J.S. - Isso. O país indica e a Assembleia Geral elege. Aqui a nossa regional são onze. E como velho negócio, sua precedência era em ordem alfabética, eu estava na bancada islâmica, porque tinha Al Baharna, Al não sei, eles diziam: “Al Baena”. [risos] Não é possível isso.

M.T. - Como funciona? Tem reuniões regulares?

J.S. - Sim.

M.T. - A maioria é juiz ou só diplomatas?

J.S. - Não. A maioria é de juizes. A maioria é de advogados internacionais que exercem advocacia na Corte da Haia, por exemplo: o Allain Pellet, Brownlie, todos eles. Os latino-americanos, a maioria, eram diplomatas. Você tinha o ex-chanceler do México, que agora está na Corte da Haia, o Bernardo Sepúlveda. Bom, havia o Didier Operti, você tinha um da Costa Rica, o outro da Venezuela, que estava na rua da amargura – deve estar continuando agora na rua da amargura. [riso] E quem mais? Ah, tinha também o argentino, o Candiotti – boa figura.

M.T. - O Brasil tem o costume...?

J.S. O Brasil tem, tem o meu colega Gilberto Saboia que está lá. A gente sempre esteve presente. Isso é uma coisa importante...

M.T. - Tinham reuniões regulares?

J.S. - Regulares. Duas vezes por ano. Agora, um mês em cada semestre em Genebra. Porque é o seguinte, o Brasil sempre esteve presente nas duas Comissões, da ONU e aqui a nossa, Comissão Jurídica Interamericana, desde o começo. Não se interrompeu. E na Corte da Haia, nós retomamos, porque passamos um período sem representante. Agora está uma grande figura, gosto muito dele, o Cançado Trindade. Ele era professor do Rio Branco e os meninos, que realmente são muito críticos, diziam: “Ele não é Cançado Trindade não, ele é exausto”. [risos]

M.T. - Mas ele é brilhante.

J.S. - Grande figura, brilhante.

O.S. - Eu queria mudar um pouco de tema. Na sua entrevista concedida ao CPDOC em 2003, o senhor disse que sempre achava, junto com o chanceler Guerreiro, que o Brasil tinha que fazer mais para aumentar o número de brasileiros nos organismos internacionais, em posto de chefia, de expressão política. Quais são as boas estratégias para fazer isso e por que o Brasil não deu importância a isso naquela época?

J.S. - Isso é uma coisa cultural. O brasileiro: “Você tem um posto na Organização Mundial da Saúde? Como é que você descolou essa boca?”. Isso é reação nossa. Então, o Brasil nunca fez como outros, por exemplo, o México (Argentina menos) mas, o México, dos latino-americanos, é o mais ativo. A gente nunca estimulou. Eu te digo o seguinte: outros países, como a Alemanha, pagavam. Eu sou diplomata alemão, eu tenho posto em um organismo internacional

e além de receber do organismo internacional, eu recebo uma complementação do meu salário do governo alemão e ninguém diz nada. E eles vão botando todo mundo. Índia, que você falou aí, é um exemplo também. Está em todas.

M.T. - Quais as estratégias para fazer isso?

J.S. - Eu acho que a estratégia é, primeiro, superar a dificuldade cultural aqui dentro. E, depois, você estimular as pessoas. Porque muita gente não vai por causa do salário, o salário é menor. Então, precisava votar uma lei que permitisse complementar o salário no exterior.

M.T. - Não é por falta de espaço, de vaga?

J.S. - Não, vaga tem e pessoas capazes a gente tem. Nós tivemos, que eu me lembre, na Organização Panamericana da Saúde, um médico brasileiro durante os dez anos que eu passei lá. Nós tivemos na Organização Mundial da Saúde também um grande cientista brasileiro.

M.T. - Quais são as vantagens especificamente para os diplomatas, para o Itamaraty, em ter essas pessoas?

J.S. - Primeiro, a visibilidade do país. Evidentemente, não haveria candidato se você não tivesse essa compensação. Veja, Secretário-geral da ONU só há um, o peruano, na história. Não haver mais nenhum. O rodízio, a rotação não dá para chegar. Na OEA, nunca teve, isso a gente deve ao Guerreiro. “O Brasil não pode ser secretário-geral, nem o Brasil e nem a Argentina”. Resultado, eu sucedi um argentino. [riso] Aí vamos quebrar isso. Também tem isso, o Brasil... Eu não sei se é autossuficiência ou se é covardia. Mas você decide.

O.S. - Talvez um pouquinho dos dois. [risos]

J.S. - Mas nunca se fez isso, nunca se disputou, compreende?

O.S. - Existe ainda hoje um problema com baixo número de brasileiro?

J.S. - *Muito* baixo, muito baixo.

M.T. - Em todas organizações?

J.S. - Em todas, muito baixo. Acho que, pela expressão do Brasil, é muito baixo. Indiano você tem em todos os corredores, em qualquer organismo universal só tem indiano, é impressionante isso. E brasileiro não.

M.T. - E por que isso? O Itamaraty nunca se interessou?

J.S. - Não é o Itamaraty, eu acho que é a sociedade brasileira. Primeiro, porque acha que esse negócio de organismo internacional é bobagem. Não resolve nada. “O negócio da ONU não resolve nada, a OEA é um braço do Departamento de Estado”. Essas coisas que ficam na cabeça de todo mundo. “Por que é que você vai para o exterior? Fica aqui, você trabalha aqui”. Esse é o lado cultural nosso que tem que acabar, porque o Brasil já está em certo patamar.

M.T. - Mas quais são os mecanismos concretos para fazer isso? Digamos, virou uma política do governo brasileiro pautar a organização.

J.S. - Você tem que identificar candidatos bons, em qualquer operação eleitoral. Não vai poder colocar para contínuo da ONU. Aí você contrata, apresenta seu candidato, não faz como o americano, vai pedir por nota... [risos] Mas você consegue colocar alguns. Agora, nós estamos falando que não é esse tipo de funcionário que se contrata. Nós estamos falando de outro nível.

O.S. - Eu acho que, na verdade, a questão da contratação também é um problema porque não há uma carreira específica como nos Estados Unidos que seria o especialista em desenvolvimento, o gestor de projetos em desenvolvimento. Isso é muito complicado.

J.S. - Nós não temos, mas podemos contratar alguém. Aí o camarada se especializa. Por exemplo, nós temos aqueles militares da junta interamericana de defesa. Eu me lembrei de Pirandello, não é? O que eu faço com esses camaradas? Então, eu dei tarefa a eles na América Central: acabar com as minas. Até um perder a perna, um coronel perdeu a perna. Na América Central e no Suriname. Então, *quem* - eu estou trazendo exemplo de outra área, mas é também importante – *quem* comandou todas essas operações? Brasileiros. *Quem* eram os militares? Eram os brasileiros. Prestaram um serviço importantíssimo para a área, porque ninguém podia cultivar os campos na Nicarágua, pois explodia. Bem, fizemos um monte de coisa. Então, esse tipo de coisa pode ser feita, sobretudo, pelo pessoal do BID. Podia ter mais brasileiro no BID, porque a gente tem uma porção de pessoas que podem dar conta do recado.

O.S. - Certo. Eu queria encerrar falando um pouco da situação atual. Além de entender melhor a evolução da dinâmica regional em relação às crises constitucionais. A gente obviamente se interessa muito pela posição brasileira, capacidade brasileira de projetar, de estabilizar outros países na vizinhança, de defender regimes democráticos. E a gente está em uma situação interessante atual com a Venezuela. Como é que o senhor enxerga essa situação, sobretudo comparando-a com uma situação um pouco parecida com a de doze anos atrás? À época, o Brasil teve uma atuação importante com um grupo dos amigos da Venezuela. E agora a Venezuela se recusou a aceitar a OEA como um ator oficial. O Brasil aceitou essa posição venezuelana. E baseado nessa situação atual, como o senhor enxerga o futuro dessa questão? Olhando um pouco para frente, quais são os principais desafios?

J.S. - Eu acho que a Venezuela cometeu um erro, porque a OEA sempre apoiou a Venezuela. Eu, pessoalmente, estive lá depois que o Chávez tentou um golpe contra o Carlos.

O.S. - Sim. Em 92, não é?

J.S. - É, por aí. O Presidente que me levou ao escritório dele e me mostrou os furos de bala. O Chávez chegou ao gabinete de Carlos Andrés Pérez. Bem, então a OEA estava presente. Outro episódio também que eu me recordo: a OEA apoiou a Venezuela. A reação do Maduro eu acho muito pouco amadurecida. [risos] O nome dele é um convite... Não é um nome, é um convite. Então você tem um erro político e diplomático. Porque achar que a OEA é um braço do governo americano é um equívoco brutal. Não é. Pode ter sido no passado. Inclusive, o prédio da OEA, quando Washington era Brasília, no comecinho, foi na doação do governo americano. Como o da ONU. Mas doação não vai ser lucro. Rockefeller doou o terreno da ONU, mas todos os terrenos em volta eram dele. Na OEA era a mesma coisa, Washington era Brasília, cidade artificial. Distribuíram os terrenos e na União Panamericana, naquele tempo, construíram aquele edifício. Então, eu acho que foi um erro político, uma desatualização sobre a OEA. Agora, nós, acho que temos que evitar os extremos. Porque a grande qualidade da diplomacia brasileira é que sempre foi de equilíbrio, sempre entrou nos temas como elemento de equilíbrio e não como um elemento radical extremado. Nós nunca tivemos posições extremadas, radicais. Isso em qualquer governo, em qualquer situação. Agora, você tem que dizer às pessoas: “Olha aqui, a gente vai até esse ponto aqui. Depois não vamos mais”. Então a gente não está fazendo

isso, ao meu entender. E agora, não sei se vai mandar. Eu também não estou muito atualizado, estou atualizado pelo jornal.

M.T. - Nas primeiras crises que a gente começou, 92-93, o Brasil estava fora do radar, as crises estavam fora do radar do cotidiano da diplomacia brasileira. Nos últimos anos, o Brasil tem se engajado muito mais. De onde veio isso? Foi um ativismo de Celso Amorim particularmente?

J.S. - Em parte, sem dúvida. Criticam o Celso, mas aquela proposta do Brasil com a Turquia resolvia o problema do Irã. Não aceitaram, mas era a solução, já tinha resolvido tudo. Sempre você tem o agente mais presente, o agente mais omissos, é essencial em tudo o que é diplomacia, em todas as situações. O Celso era muito presente, ele enfrentava as coisas. Pessoalmente também, porque ele foi muito criticado. Agora ele está quieto. Eu acho que ele está atrás dos tanques. [risos] Mas ele teve iniciativas importantes.

M.T. - Essa transformação foi muito o ativismo dele?

J.S. - Muito o ativismo dele, sem dúvida. Agora, você tem o que? Você tem uma tradição da diplomacia brasileira... Aquela frase clássica que diz: “Itamaraty não improvisa”. Achar que a gente é diabólico. “Não diga nada, já sei que o Itamaraty não improvisa”. Bom, mas por quê? Porque você atravessa situações... Outro parêntese, esse povo brasileiro é admirável. Você pode criticar as elites brasileiras com toda razão, mas o povo brasileiro é admirável. Um povo que testemunha o suicídio de um Presidente, o impeachment de outro, a maluquice de um terceiro e aguenta firme. Não é qualquer povo do mundo que tem essa reação. Bom, mas então você tem uma constante de princípios. Algumas posições desde o início, desde o barão do Rio Branco, que você respeita. Por exemplo, o barão propôs aos americanos. Claro, o barão tinha que se defender da Europa naquele momento. Então esse tema que a gente conhece, mas tem sempre que recordar: você não pode analisar o passado com critérios do presente e nem o inverso. Então, há uma série de princípios que se consolidaram. O uso da diplomacia, da política, como um instrumento, não uma força. Você sempre defendeu a solução pacífica das controvérsias, temos mostras, não é? Você é um país que tem dez vizinhos, fronteira com dez países e não tem bolo com nenhum. Você tem o Chile que tem bolo com todos. [riso] Por quê? Pela diplomacia que sempre foi a nossa forma de agir. Agora, por que compromisso ideológico? Que negócio ideologia. Pelo amor de Deus. A ideologia atual é do capital. Não tem outra ideologia. Aliás, não tem outro sistema. Nós estamos todos nesse mesmo. Então não tem outro

sistema, você tem ideologia... Porque a Venezuela não faz nada por motivos ideológicos. Que motivos ideológico? Me diz qual é a ideologia do Maduro? Faz favor. Ah, porque o Maduro tem carteirinha do PT? Pelo amor de Deus. Não dá. Então essas coisas a gente precisa quebrar na mentalidade. Então nós temos uma presença, acho que a gente podia fazer mais, sempre achei, porque nós temos um crédito muito grande. Nós fomos os fundadores das Nações Unidas; na OEA não precisa dizer; na Liga das Nações nós tivemos um problema sério, porque nos tiraram do Conselho para colocar a Alemanha. Aí a gente saiu com toda a razão. Esse episódio é conhecido. Então, nós temos respeito. A palavra essencial é essa: respeito dos outros países. Ah, por que candidato ao Conselho de Segurança? Eu já vi que não vai haver reforma, mas nunca houve uma objeção do Brasil no Conselho, desde a América Latina. O único país que objeta ativamente é o México, nem a Argentina. O México não aceita o Brasil de jeito nenhum e faz campanha contra. Então, você tem uma situação internacional muito positiva.

M.T. Esse ativismo que grande parte o Celso Amorim colocou é reversível?

J.S. - Ah sim. É reversível primeiro pela omissão. Não é uma conquista permanente. Deveria ser. Se você analisa os governos militares, só o primeiro não foi a favor, foi o Castello Branco e foi teoria dos círculos concêntricos - era para os americanos. Você imagina o Geisel reconhecendo a China? Você imagina o Geisel reconhecendo Angola e Moçambique? Pelo amor de Deus. E o Silvio Frota acusava os comunistas do Guerreiro, os barbudinhos – Nando Guerra e Nando Silveira. Todos nós éramos comunistas, eu também estava lá. [risos] Por que o Geisel fazia isso? Vou dar um depoimento pessoal, eu era chefe do Departamento de Organismos Internacionais. Então, eu tinha que mandar os projetos de resolução da assembleia da ONU para o Presidente e voltava com anotações do próprio punho. O Silveira me chamava: “Baena, o Presidente está querendo saber qual é o quadro parlamentar na votação desses projetos?”. Eu digo: “O que? Não pode ser, o Presidente quer saber?”. Então você vê, ele foi o único, acho, na minha experiência, que acompanhava esses processos. Outra coisa também a favor: nunca, eu estava em várias posições (chefe de Departamento, gabinete do Silveira e depois como secretário-geral), nunca, em nenhuma ocasião, o ministro levou aquela célebre lista para as promoções, que o Geisel teria dito: “Esse não”. A corporação indicava e ele dizia “Esse não”. Agora, eu digo: “Não vamos ser tão radicais”. Eu também tenho experiência, eu estava em Lisboa quando houve aquele caso Humberto Delgado e o Presidente era democrático, era o Juscelino Kubitschek e cedeu para o Salazar que era um ditador. E aí? O Geisel

reconheceu a Angola? Pelo amor de Deus. Não dá. Você pega uma coisa que não é. Diplomacias que eu admiro: Vaticano... Diplomacia do Vaticano sai de perto, os caras sabem. Claro, dois mil anos, eles sabem das coisas. [riso] A outra é a portuguesa. O que garantiu a presença portuguesa nas colônias? Quando veio o Exército, acabou, foi a diplomacia. Bem, a gente tinha que combinar também para falar do Salazar. [risos] O Salazar é uma figura realmente extraordinária. O camarada é um ditador diferente. Primeiro, ele não tinha farda nenhuma; segundo, ele não tinha condecoração pendurada; terceiro, ele matava as pessoas, mas com muita classe. [risos]

M.T. - Fez quarenta anos essa semana.

J.S. – É. E o Franco não era assim não. Agora, todos os dois morreram no poder, não é. É impressionante isso. E de onde surgiu o Salazar? Ministro da Fazenda. O Mantega já tem chance. [risos] Ele era ministro da Fazenda de Portugal e tratava o país como se fosse a família dele. Todo dia vinha o ministro da Fazenda dizer ao Salazar... Naquele tempo ele era ministro da fazenda, mas quando ele foi ditador chegava lá: “Quanto nós gastamos hoje? Quanto entrou? Quanto saiu?”. Ele era um botequim, ele tratava assim. [risos]

M.T. – Muitíssimo obrigado.

J.S. – Eu é que agradeço a vocês. Vocês me provocam e eu falo a tarde toda aqui.

O.S. – Muito obrigado.

[FINAL DO DEPOIMENTO]